

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2007.** -----
----- **ACTA NÚMERO QUARENTA** -----

----- No dia 27 de Novembro de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas, no impedimento da Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Luís Sobreda Antunes, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Pinto de Jesus, Rita Susana Borges Cortez Folgosa, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui

António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Timóteo Rodrigues Macedo, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Pedro Miguel dos Reis de Carvalho Rodas Garcia Costa, Rosa Maria Carvalho da Silva, José Luís Português Borges da Silva, António da Conceição Tavares, Esmeralda de Oliveira Cruz, Carlos Alberto Rebelo da Costa, José Manuel Cal Gonçalves, Pedro Miguel Gamito Cruz Santos, Alexandre Frank, Sílvia Mota Lopes, Rui Manuel Santos Matos Alves, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Miguel Martins Agrochão, Feliciano Marques Martins da Cruz David, João Pedro Guimarães Gonçalves Pereira, Jorge Manuel Fernandes Rodrigues e Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Carlos Manuel de Melo Barroso, Francisco José da Silva Oliveira, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, João Augusto Martins Taveira, José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes e José Marcelino Carvalho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado da Silva Preto (PSD), por 30 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Garcia Costa. -----

----- Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António da Conceição Tavares. -----

----- David Alexandre Ribeiro Valente (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Cal Goçaves. -----

----- Manuel Fernando Dias de Almeida (PSD), Deputado Municipal suplente, por um dia. -----

----- Gonçalo Melo Portugal Sampaio (PSD), Deputado Municipal suplente, por um dia. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal América de Almeida Coelho. -----

----- Maria Teresa Cruz de Almeida (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, Maria José Falcão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiars, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Catarina Gambôa, Anabela V. Pires, Fernando

Gameiro e Pedro Lopes, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. -----

----- António Modesto Fernandes Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Rita Susana Borges Cortez Folgosa (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Raquel de Sousa. -----

----- José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão (BE), Deputado Municipal suplente, por um dia -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Pereira. -----

----- Pedro Miguel Santos de Sampaio Nunes (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- Carlos Andrade (CDS-PP), Deputado Municipal suplente, por um dia. -----

----- Nuno Van Uden (CDS-PP), Deputado Municipal suplente, por um dia. -----

----- Carlos de Melo Barroso (CDS-PP), Deputado Municipal suplente, por um dia. ---

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Rodrigo Gonçalves (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, por Pedro Silva Ribeiro. -----

----- Afonso Pereira Costa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São João, por António Mendes de Almeida. -----

----- Maria Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito. -----

----- Fausto Teixeira dos Santos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por Filipe Fernandes Botas. -----

----- João Neves Ferro (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, por José Marcelino Carvalho. -----

----- João Martins Ferreira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Isabel, não tendo sido substituído. -----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----

----- Ermelinda da Rocha Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Paula Teixeira da Cruz (PSD), relativamente à presente reunião. -----

----- Rui António Francisco Coelho (PSD), relativamente à reunião de 16 de Outubro de 2007. -----

----- Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia (PS), relativamente à presente reunião. -----

----- Luís Filipe da Silva Monteiro (PS), relativamente à presente reunião. -----

----- Às 17 horas, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária que tinha como ponto único da Ordem de Trabalhos: Debate Sobre o Estado da Cidade. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DEBATE SOBRE O ESTADO DA CIDADE** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que todos conheciam o ponto de partida, uma tripla crise, financeira, de credibilidade e política, que conduziu pela primeira vez em 30 anos de Poder Local Democrático à dissolução do Executivo e eleições antecipadas para a Câmara Municipal. -----

----- A excepcionalidade da ocorrência dizia tudo sobre a gravidade da situação e sobre a urgência de lhe pôr cobro, com um programa muito claro: arrumar a casa, pôr a Câmara a funcionar, preparar o futuro. -----

----- Arrumar a casa desde logo enfrentando a situação de ruptura financeira da Autarquia, que a asfixiava com uma pesada dívida de curto prazo a fornecedores, de 500 milhões de euros. -----

----- Tinham sido adoptadas medidas imediatas de contenção de despesa. O número de assessores fora reduzido em 60%; o uso de viaturas na Vereação disciplinado; extinto o Departamento de Apoio à Presidência; anulados 13 concursos externos de ingresso. -----

----- Tinha-se elaborado e feito aprovar um Plano de Saneamento Financeiro; negociara-se e lançara-se um empréstimo de saneamento, que seria no dia seguinte submetido à Câmara Municipal para aprovação, que permitiria honrar todos os compromissos assumidos e não pagos nos anteriores mandatos. -----

----- Iniciara-se a reestruturação do sector empresarial, com a extinção da Emarlis, a fusão das administrações das SRUs Oriental e Ocidental, preparando já a fusão das três SRUs e a sua integração numa EPUL reestruturada, recentrada na sua função originária de urbanizadora e na dinamização da reabilitação urbana. -----

----- Começara-se a clarificar a insustentável situação dos avençados, primeiro distinguindo os que correspondiam a necessidades reais imprescindíveis do Município dos que não o eram neste momento. Segundo, os que eram verdadeiros contratos de prestação de serviço dos que eram um disfarce de verdadeiros e próprios contratos de trabalho. A uns havia que integrar no quadro de direito privado do Município, a outros havia que pôr cobro à escandalosa desigualdade de remunerações relativamente a quem exercia funções equivalentes no quadro do Município. -----

----- Arrumar a casa na situação financeira, no sector empresarial, na estrutura do Município, mas arrumar a casa também empenhados em resolver as múltiplas trapalhadas urbanísticas que marcaram os últimos seis anos. -----

----- O acordo com o Sporting Clube de Portugal e a abertura de um concurso de ideias para o quarteirão do Parque Mayer foram o início de uma estratégia de resolução dos bloqueios que paralisaram a cidade e minaram a confiança dos investidores. -----

----- Nesse âmbito, aguardava-se para muito breve e com elevada expectativa a conclusão da auditoria aos Serviços de Urbanismo, essencial para esclarecer

suspeições e para que se pudesse adoptar as medidas indispensáveis ao restabelecimento da credibilidade do Município junto dos cidadãos, em particular nos Serviços de Urbanismo e de Património do Município. -----

----- A par desse esforço de arrumação da casa, tinham-se empenhado em pôr a Câmara a funcionar. Desde logo fazendo o que era básico, pagar o que se devia, prestar os serviços essenciais de limpeza urbana, de manutenção dos espaços verdes, ou de conservação de passadeiras. -----

----- Todas as dívidas de valor igual ou inferior a 100 mil euros estavam pagas, tendo sido satisfeitos 2917 credores da anterior Vereação. De entre esses credores, destacava a gravíssima situação em que se encontrara as IPSS e as ONG na área da acção social, arrastadas para grandes dificuldades financeiras pelas dívidas da Câmara. -----

----- Já se tinha pago a totalidade da dívida no âmbito da prevenção à toxicodependência, em montante superior a 1 milhão de euros, e situações tão graves como os mais de 300 mil euros em dívida desde 2006 ao Exército de Salvação, no âmbito do acompanhamento aos sem abrigo. -----

----- Tinha sido lançado um plano de emergência para a manutenção dos espaços verdes, que já permitira recuperar 88,34 hectares e após a acção de pintura das passadeiras junto às escolas, já concretizada no início do ano lectivo, decorria agora uma nova acção de limpeza e recuperação de passadeiras centrada nas zonas comerciais. -----

----- Foram retomadas as empreitadas que estavam paralisadas por falta de pagamento e em que os empreiteiros ainda não tinham falido, nem tinham aproveitado para rescindir o contrato. Por exemplo, o Jardim de São Pedro de Alcântara já estava em obras e na Escola Silva Porto as crianças puderam já na semana passada voltar a comer no refeitório, depois de 5 anos a alimentarem-se numa tenda de campanha. -----

----- Ainda nesta fase, fora dada prioridade às negociações com o Estado e diferentes parceiros, fosse para poder recuperar eventos importantes para a cidade que se perderam por incapacidade de honrar compromissos, fosse para evitar a perda de serviços estratégicos que, por incúria do Município, estavam em risco de ser deslocalizados. -----

----- Nem todas as negociações estavam já concluídas, mas já se podia ter a certeza de que, por exemplo, a Experimenta-Design retomaria o seu ciclo bienal em 2009 e que as novas instalações do IPO ficariam localizadas em Lisboa, junto ao Parque da Bela Vista Sul. Essa localização era da maior importância. Não se tratava só de manter o IPO em Lisboa, mas de, a par com a conclusão das negociações para a instalação do Hospital de Todos os Santos que no dia seguinte seria debatido em sessão de Câmara, garantir a fixação de um conjunto muito relevante de actividades de elevada qualidade em Chelas, de modo a contribuir para a qualificação urbana dessa zona oriental da Cidade de Lisboa. -----

----- Este vinha sendo o tempo da urgência, o tempo de garantir o saneamento financeiro, de voltar a prestar serviços essenciais, de resolver impasses urbanísticos, de concluir obras paralisadas, de evitar a perda de serviços e de recuperar iniciativas importantes para a vida na cidade. -----

----- Mas este era também o tempo de começar a virar a página e a concentrar na preparação do futuro. Já se tinham dado alguns passos importantes, como a preparação da execução do Plano Verde, as medidas de incentivo e agilização do licenciamento que dariam prioridade à política de reabilitação, os trabalhos já em curso de definição normativa que permitiriam desbloquear os investimentos no eixo central da cidade, Av. da Liberdade, Fontes Pereira de Melo e Av. da República e também em Alcântara. -----

----- Lembra o plano de recuperação e qualificação dos jardins de infância e das escolas do ensino básico, a executar entre 2008 e 2012, anunciado no passado dia 5 de Outubro, e a conclusão em breve da Carta Educativa. Assim como os estudos técnicos para a conversão da cedência precária das habitações nos bairros municipais em verdadeiros contratos de arrendamento, ou alienação dos fogos aos moradores que os quisessem adquirir. -----

----- Pôr a funcionar a rede social e a elaboração do Plano Gerontológico para um envelhecimento activo e saudável. -----

----- Finalmente, a abertura da negociação com o Estado sobre a frente ribeirinha de Lisboa, tendo em vista uma clara delimitação das zonas de jurisdição entre o Município e a Administração do Porto de Lisboa. -----

----- Era, pois, tempo de concluir a arrumação da casa, para que se pudessem concentrar naquilo que era essencial, a preparação do futuro da Cidade de Lisboa. A próxima semana seria mesmo um momento em que se marcaria ou não esse virar de página. -----

----- Por um lado, na próxima semana seriam concluídas as negociações com o Estado sobre o futuro da frente ribeirinha de Lisboa. -----

----- Por outro lado, a Assembleia Municipal seria, assim o esperava, chamada a autorizar a contracção de um empréstimo que permitiria o pagamento integral das dívidas herdadas do passado. -----

----- Seria apresentada à Câmara a proposta de Plano e Orçamento para o próximo ano 2008. -----

----- Seria, pois, uma semana decisiva, em que cada um assumiria plenamente as suas responsabilidades. Pela sua parte, pela parte de todos aqueles que tinham assumido funções executivas na Câmara Municipal, podia-se estar certo que estavam com total determinação e sentido de responsabilidade para resolver os problemas legados do passado e para preparar o futuro. Aqueles que tinham sido responsáveis pelo passado teriam que decidir se queriam agora também ser responsáveis quando se tratava de resolver os problemas que criaram e que comprometiam o futuro de toda a cidade. ----

----- A votação de hoje sobre o IMI indiciava o pior, indiciava a irresponsabilidade que tiveram na governação, a que se sucedia agora a irresponsabilidade na oposição. A próxima semana o diria. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que ao fim de 100 dias de governação era habitual proceder-se a uma avaliação da actividade dos órgãos políticos, neste caso dos órgãos autárquicos. -----

----- Hoje, no debate sobre o Estado da Cidade e passados já mais de 100 dias, era tempo de fazer, também na Assembleia Municipal, o órgão que representava os cidadãos de Lisboa, uma avaliação primeira do início do actual mandato na CML. -----

----- Sabia-se, e tinha-se já ouvido, que a maioria PS/BE não era capaz de fugir à tentação de falar do passado, de culpabilizar o PSD pela gestão da Cidade de Lisboa, de tentar sacudir a água do capote, não assumindo responsabilidades que também partilhavam no estado da cidade, responsabilidades que o PS partilhava pela gestão faustosa e irresponsável dos seus mandatos anteriores, em especial do mandato do Dr. João Soares. Eram responsabilidades que o BE também partilhava, pela política de descrédito e de terra queimada que lançara sobre a actividade autárquica em Lisboa, que tinha divorciado os lisboetas da gestão da sua cidade, com efeitos bem evidentes, aliás, no facto do actual Presidente e a actual maioria terem sido eleitos com o menor número de votos alguma vez verificado em eleições autárquicas em Lisboa. -----

----- Exortava por isso o Dr. António Costa, o PS e o BE a deixarem de se esconder e de se barricarem num passado em que também tinham culpas, para esconder fragilidades, incompetências, incapacidades próprias do presente, ou para esconder desinteligências estruturais dentro da própria maioria, como se tivera na semana anterior um exemplo bem claro. -----

----- Quanto ao passado, o PSD estava tranquilo. Tinha feito, detendo a Presidência e a maioria na CML, aquilo que a oposição toda junta não tivera a coragem e honestidade política para fazer. -----

----- Se tinha sido devolvido aos lisboetas, a meio do mandato, o poder de se pronunciarem sobre os destinos da cidade, isso deveria-se exclusivamente ao facto de o PSD ter tomado atitudes, enquanto toda a oposição, a começar pelo PS, não tinha tomado uma única iniciativa para pôr fim àquilo que apelidava e continuava a apelidar de péssima gestão, ficando congelados em todos os lugares que ocupavam nos órgãos autárquicos. -----

----- Quanto ao passado estavam, pois, conversados. -----

----- Exortava também o PS e o BE a não caírem na tentação de se desculpar com o equilíbrio de poderes resultante da eleição dos órgãos autárquicos em Lisboa. O PSD vivera essa situação entre 2002 e 2005, com uma maioria PS/PCP que não lhe era favorável, e não se tinha queixado. Tinha trabalhado e voltara a ganhar as eleições em 2007. -----

----- Ao debater o Estado da Cidade o PSD não iria responder, pois, ao desespero do PS e do BE em debater o passado para não se discutir o presente. Um presente em que o PS e o BE tinham a responsabilidade de governar a cidade sem desculpas, respeitando a vontade eleitoral dos lisboetas e encontrando soluções que não passassem pela penalização daqueles que habitavam a Cidade de Lisboa. -----

----- Olhando para o que tinha sido feito pelo actual Executivo e para aquelas que foram as palavras do Dr. António Costa na posse da Câmara, valia a pena constatar algumas e substanciais diferenças. Desde logo o relacionamento com as Juntas de Freguesia, com todas sem excepção, que era fundamental para o equilíbrio e

desenvolvimento de políticas e medidas efectivamente favoráveis à qualidade de vida na cidade. -----

----- Esse não vinha sendo um bom cartão de visita do Executivo, que vinha menorizando a legitimidade e função das Juntas, sendo que por essa via estava também a confrontar os respectivos moradores. Situação agravada com as reuniões públicas descentralizadas, que atropelavam completamente a competência legalmente conferida às Juntas para tratarem dos assuntos das suas Freguesias e serem as interlocutoras da Câmara Municipal. -----

----- Também a instabilidade induzida nos serviços, com repercussões na relação com os munícipes, iniciando processos de dispensa de pessoas que trabalhavam para o Município sem as esclarecer devidamente sobre as razões dessas mesmas dispensas, limitando-se a confiar nos critérios das chefias, o que permitia todo o tipo de ilações sobre as razões das dispensas e das renovações. Isso sem dar a conhecer os critérios à Assembleia Municipal, numa violação clara de uma moção aprovada por larga maioria na Assembleia. -----

----- Era muito curioso nessa matéria, aliás, observar a posição comprometida do PS na sua relação com as estruturas representativas dos trabalhadores, e a do BE, completamente dividido entre o Vereador Sá Fernandes que “se senta à mesa do Orçamento” e do BE na Assembleia Municipal, que ameaçava romper a coligação na Câmara mas pouco mais fazia do que referi-lo. -----

----- E que dizer da política de mero *show-off* mediático, em que a Câmara dava continuidade a acções que vinham já do mandato anterior? Convocava a imprensa, tirava umas fotografias da acção e, mal as câmaras se desligavam, o circo era desfeito e arrumado e seguia para outra Freguesia, sendo que essa actividade pontual e com objectivos mediáticos era apenas feita nos principais eixos da cidade, deixando ao abandono todas as ruas interiores. -----

----- Tinha sido assim com a pintura de passadeiras. Tinha sido assim com a limpeza de grafites. Tinha sido assim com o combate às segundas filas. Tinha sido assim com a limpeza de ruas. Infelizmente, tinha sido assim. -----

----- Relembrava também a pouca sensibilidade social revelada no proposto aumento de IMI para acorrer a necessidades da cidade e que apenas fora evitado pelo PSD na Assembleia Municipal, dando continuidade à posição dos seus Vereadores em sessão de Câmara. -----

----- Não podia esquecer o fiasco do projecto de animação para o Terreiro do Paço. Não havia animação nem munícipes para animar. Havia a presença de inúmeros agentes da Polícia Municipal, que fariam falta noutros locais da cidade, para impedirem o trânsito de circular. Havia incómodos profundos para quem necessitava de utilizar aquelas artérias vedadas ao trânsito ao domingo. -----

----- Que dizer da anunciada reformulação dos radares em Lisboa, fosse na sua localização, fosse nos limites de velocidade, que estava perdida num grupo de trabalho lançado fortemente na imprensa e do qual nunca mais se ouvira falar? -----

----- Havia que denunciar igualmente a mais completa incongruência política da Câmara em dizer que queria um Plano Verde e, ainda ele não existia, já estava a

cortar-lhe uma área substancial no Parque da Bela Vista, para instalar o IPO, num negócio envolvendo o Ministério da Saúde. -----

----- Qual era a coerência? Que Plano Verde resistia a esse tipo de decisão? Engraçado era que não se ouvia o Vereador Sá Fernandes nem o BE a atacarem essa decisão que lesava, de forma substancial, um importante espaço verde em Lisboa e que constituía um atentado ao Plano Verde que aprovaram. -----

----- Mas se esse era o presente da gestão PS/BE, se esse era o estado em que se encontravam áreas chave da cidade, era importante ter presente que havia desafios de futuro que o Executivo não podia desprezar, que devia atacar desde já, sem taticismos de oportunidade política que não eram compatíveis com a urgência de respostas que os mesmos mereciam, provando, afinal, que sabia resolver e que era capaz de planejar e executar até ao fim. -----

----- A questão do futuro Aeroporto de Lisboa, onde até hoje o silêncio da CML e do seu Presidente era ensurdecador, como se fosse indiferente para o futuro de Lisboa, como pólo internacional para um conjunto de actividades, a localização do mesmo. A CML não se comprometia, para estar do lado do vencedor, OTA ou Alcochete tanto lhe fazia, desde que não se embrulhasse no processo. Também nada dizia quanto a opções do tipo Portela mais um. -----

----- E sobre o futuro da área onde hoje se encontrava instalado o Aeroporto, na hipótese de se colocar a questão da sua reutilização? O mesmo silêncio. Seria importante saber, se o actual Aeroporto fosse desactivado, que tipo de utilização desejaria a Câmara ver naquela zona. Pólo tecnológico? Urbanização? Área de desporto e lazer? Área Verde? De tudo um pouco? Sobre isso tudo apenas se continuava a ouvir o som do silêncio da Câmara. -----

----- O mesmo sobre o TGV, tendo sido conhecida a decisão do Governo de instalar a estação de alta velocidade na Gare do Oriente sem que se tivesse ouvido a CML. -----

----- Que se falasse também da zona ribeirinha, onde para além das palavras e das imagens e notas para a imprensa, a CML devia dar um sinal sério de que queria efectivamente resolver um problema importante para a cidade. Infelizmente, esse era um processo que começara muito mal, com situações pouco claras, envolvendo nomeações governamentais, apoios pré-eleitorais ao Dr. António Costa, criação de sociedades gestoras, aparente indefinição do modelo societário de gestão daquele espaço. -----

----- Era fundamental saber que ideias tinha a Câmara sobre o futuro da zona ribeirinha e sobre projectos que o anterior Executivo tinha para essa área. Quando é que os terrenos vinham à posse da Câmara? Que terrenos eram esses e onde se situavam? Que tipo de intervenção e utilização queria a Câmara para esses locais? Em termos estruturais, admitia a Câmara ter algum tipo de participação na APL para evitar futuras divergências e conflitos? -----

----- Falar também sobre o futuro do Parque Mayer. A Câmara tinha desaproveitado investimentos e um projecto de um arquitecto de nomeada, Frank Ghery, que traria seguramente visibilidade a Lisboa e criaria, no Parque Mayer, uma zona de atracção para os lisboetas, mas constituiria também um cartão de visita internacional para a

cidade. Na falta de ideias, a CML lançara um concurso de ideias, fazendo mais uma cerimónia com direito a imprensa, como dizia uma proprietária de um restaurante local. -----

----- Esse concurso constituiria mais um motivo de atraso para toda a requalificação daquela área, desonerava a Câmara de agir e intervir desde já e evitava o escrutínio público da sua decisão, de onde se podia concluir que a Câmara não só não tinha ideias, como não queria transmitir ideias que eventualmente tivesse para o Parque Mayer, por reear o juízo da opinião pública antes de 2009. -----

----- E o problema da mobilidade na cidade, em que da CML nada se ouvia, em que a CML nada dizia? -----

----- A mobilidade na cidade agravava-se a cada dia que passava. A Câmara parecia julgar que tudo se resolvia com o combate esporádico às segundas filas de trânsito. O facto era que continuavam a entrar na Cidade de Lisboa milhares de veículos por dia, transportando pessoas que vinham trabalhar e que não tinham alternativas de transporte que fossem válidas, que fossem integradas, que fossem coordenadas e que fossem atractivas. -----

----- Tudo isso poderia mudar se finalmente criasse, de novo, a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa. Infelizmente, de forma autista e sem que a Câmara desse nota de incómodo ou desagrado, antes parecendo que convivia bem com essa situação, o Governo continuava a nada fazer nessa matéria, tendo já ultrapassado todos os prazos que dera e que o próprio PS tinha dado na Assembleia Municipal, para criar a Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

----- Integrando o problema da mobilidade, havia a questão do estacionamento. Não se conheciam as prioridades da Câmara nessa matéria, nem que tipo de opções tinha em carteira para minorar o impacto negativo na cidade. Seria importante que rapidamente houvesse respostas da CML e se recuperassem projectos que a anterior Vereação tinha previstos para a área. -----

----- Tema muito curioso também era o da requalificação da Baixa-Chiado, depois da extraordinária saga à volta da Dr^a. Maria José Nogueira Pinto e do “convido não convido, fui convidada não fui convidada, vai ser afinal não é, fui mas já não quero ser”. Aquilo que para o Dr. António Costa era um plano que o PSD bloqueava na Assembleia Municipal, passara rapidamente a ser, por iniciativa do próprio, um plano que a CML pedira para ser devolvido e que até agora fechara na gaveta para não mais ser visto nem ouvido. -----

----- O PSD entendia que era necessário requalificar a Baixa-Chiado. Entendia que o plano constituía uma base de trabalho. Entendia que o plano carecia de reanálise e de reponderação em algumas soluções. Aguardava, pois, que a Câmara o devolvesse de novo à Assembleia para apreciação. -----

----- No Urbanismo e Reabilitação Urbana não se descortinava nenhuma evolução, sendo que o acordo com o Sporting, referido pelo Senhor Presidente como grande iniciativa feita nessa matéria, curiosamente, tinha sido chumbado no mandato anterior por iniciativa do PS e do BE. Ou seja, chumbaram um acordo e uma proposta que agora se vangloriavam de ter resolvido. -----

----- E que dizer a propósito do PDM, cujo processo de revisão se encontrava em desenvolvimento? O que iria a Câmara propor? Que aproveitamento ia fazer do processo já iniciado? Que perspectivas tinha? Que prazos previa para conclusão? Descera aí outra cortina de silêncio camarário. -----

----- O que não constituía um bom sinal, sobretudo pela desatenção que podia revelar para a área do Turismo, envolvendo responsabilidades da Câmara e da Agência de Turismo de Lisboa, fora a perda da sede da Região de Turismo de Lisboa. Era uma área que vinha tendo indicadores muito positivos e animadores, a queurgia dar seguimento, sob pena de Lisboa perder mercado para outros concorrentes, o que afectaria todo o tecido económico e comercial da cidade. -----

----- Mas quanto ao estado da cidade, devia ver-se o sinal claro que era dado pela Moody's, agência internacionalmente reconhecida de notação financeira, que deixara de equiparar o *rating* da CML ao do Estado Português. Efectivamente, o *rating* que essa empresa atribuía a Lisboa com o anterior Executivo baixara um ponto com a CML actual, o que revelava falta de confiança na capacidade de gestão da cidade por parte do PS e do BE. -----

----- Essa era a avaliação que o PSD fazia sobre o Estado da Cidade nos primeiros 120 dias de gestão PS/BE em Lisboa. Uma avaliação que não podia deixar de ser negativa, pelas razões expostas e por outras que à frente ouviriam. -----

----- Mas dentro do espírito que sempre animara o PSD na Assembleia Municipal, queria contribuir com espírito crítico para a melhoria do Estado da Cidade. Por isso suscitara um conjunto de questões em áreas essenciais da cidade que, se obtivessem respostas eficazes e concretas por parte da Câmara e não apenas a preocupação pela gestão da sua agenda mediática, melhorariam o Estado da Cidade. -----

----- O PSD aqui estaria para assumir as suas responsabilidades no presente mandato. O compromisso que deixava era de que, como sempre, continuaria com o seu voto a melhorar o estado da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que decididamente, depois de ouvir a intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra, chegava à conclusão de que o PSD não tinha emenda, nem aprendia nada com o passado. Toda a postura arrogante, autista, que o PSD acabara agora mesmo de fazer era exactamente a mesma postura e o mesmo discurso que fazia uns meses antes para sustentar o Prof. Carmona Rodrigues, ou para sustentar o Dr. Santana Lopes, não percebendo que com esse discurso o PSD nunca iria lá. -----

----- Um PSD responsável fazia falta à democracia. Um PSD responsável fazia falta à Cidade de Lisboa. Uma oposição crítica, leal, dura mas construtiva, fazia falta. Este tipo de oposição não fazia falta à Cidade de Lisboa, mas era tremendamente pernicioso para o próprio PSD. -----

----- Com esse discurso tinham conseguido a proeza de ser a terceira força política da Cidade de Lisboa. Era bom ver onde tinham chegado, mas não aprendiam a lição. A demagogia era tão grande que apenas queria recordar que um ano antes tinha uma proposta na sua mão e o Vereador Fontão de Carvalho, não dissessem agora que não gostavam dele, dizia sobre o IMI que “nos termos do nº 3 do artº 112, são elevados ao

dobro nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano.” Agora votaram contra. A demagogia e a cegueira eram tão grandes que até se esqueceram do que tinham feito um ano antes. Isso é que era espantoso. -----

----- Tal como tinham dito, o que os movia era a política, mas não era a política nobre, era a politiquice. O PS tinha ganho, faltava ano e meio para as eleições, tentava-se fazer uma política de terra queimada para ver se havia chance de lá chegar em 2009. --

----- Com essa postura, o eleitorado tinha-os castigado uns meses antes e continuaria a castigar. Não tinham aprendido a lição e, pelos vistos, não iam aprender a lição. -----

----- Por imposição do PSD estava-se a debater o Estado da Cidade um mês e meio depois da data prevista, que, recordava, estava marcada para o passado dia 9 de Outubro. E se começava, em nome do Partido Socialista, por recordar esse facto era porque, conforme hoje se verificava pela demagógica intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra, julgava o PSD que pela circunstância do debate ter sido dilatado no tempo por um mês se apagavam as responsabilidades do PSD na gestão da Cidade de Lisboa. -----

----- Seria muito fácil para o PSD supor que três meses de uma nova gestão iriam diluir a grande responsabilidade que os senhores do PSD tinham no Estado da Cidade. Aliás, ficariam na história da cidade pelas piores razões. Transformaram uma cidade prestigiada, amiga das pessoas, inclusiva, com planeamento estratégico, numa cidade paralisada, à deriva, sem rumo estratégico, acossada pelas suspeições e numa situação de descalabro financeiro. -----

----- Como era possível o discurso do Deputado Municipal Saldanha Serra uns minutos antes? -----

----- Mais do que debater o Estado da Cidade, estava-se de facto a debater pela primeira vez o estado a que tinha chegado. Era isso mesmo, o estado a que Lisboa tinha chegado. -----

----- Começaria pela situação financeira, não tanto para debitar novamente os números da dívida, eram conhecidos, mas para lembrar que com o PSD na Câmara se conseguira a proeza de em 31 de Dezembro de 2006 (e era por isso que se baixara no *rating*, não era como agora se vinha demagógicamente dizer, que em Julho se decidira baixar no *rating* os critérios de avaliação das cidades) o Município ter atingido um endividamento que excedia em 102% a sua própria capacidade de endividamento. Era obra, era um recorde histórico para o PSD. -----

----- Que a esse endividamento correspondera o não compromisso de pagamento de 18 empreitadas, que por esse motivo tiveram de paralisar. Citava, por exemplo, o Jardim de São Pedro de Alcântara e o Largo Chafariz de Dentro. Estavam em causa 8,8 milhões de euros em dívida. -----

----- Que, por exemplo, para as escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, dos 52 projectos de obras elaboradas pelos serviços, nenhum deles fora realizado. Eram necessários 19 milhões de euros. Mais um recorde para o PSD. -----

----- Também eram igualmente frequentes as notícias veiculadas pelos órgãos de comunicação social, de falta de fornecimento de papel para fotocópias, de material de

escritório, de combustível, que impediam o normal funcionamento dos serviços, por falta de pagamento da Autarquia aos seus fornecedores. -----

----- Os Senhores Deputados Municipais do PSD que não quisessem desculpar o indesculpável. -----

----- Mas se quisessem analisar o estado a que Lisboa chegara por outro prisma, o que dizer da qualidade do espaço público? -----

----- Tinham anunciado, por exemplo, grandes medidas para os logradouros da Zona J de Marvila. Aliás, eram muito bons a anunciar grandes medidas, *outdoors*, *show-off* para a frente e para trás, mas depois zero. A Zona J fora encontrada pela actual maioria na mesma situação. Mas quem falava da Zona J podia falar de todos os jardins e praças que tinham deixado degradar, invadidos por ratos e todas as espécies de parasitas, simplesmente porque não tinham dinheiro para pagar às empresas de manutenção. Essa é que era a realidade. -----

----- Mas podiam falar do que se encontrara na Reabilitação. Bom exemplo era o Parque Mayer. De embrulhada em embrulhada, de trapalhada em trapalhada, tinham conseguido a proeza de gastar 2,5 milhões de euros, pagos por uma maqueta preparada para o *show-off*, e tudo ficara na mesma. Essa é que era a verdade. -----

----- Também na área da mobilidade e estacionamento se encontrara uma situação deplorável. Em algumas zonas da cidade, o avanço do estacionamento selvagem, em que o problema já não era a segunda fila de estacionamento, mas sim a terceira fila, como por exemplo se podia constatar com o caos instalado nas Avenidas Novas. -----

----- Nas questões referentes à higiene urbana, o que Lisboa vivera nos últimos anos tinha sido um autêntico pesadelo. Menor frequência de lavagem das ruas para se poupar dinheiro, freguesias da cidade invadidas por baratas dos esgotos, mais lixo por todo o lado, uma autêntica praga de dejectos caninos pelos passeios da cidade. Sim, era esse o estado a que Lisboa chegara. -----

----- Podia continuar a descrever as absurdas situações que se registavam em todos os domínios do Município, como por exemplo a absurda política cultural do PSD baseada na atribuição de avultados subsídios a entidades privadas, deixando ao abandono os investimentos municipais, como por exemplo a recuperação do muro do Palácio das Galveias, a construção da segunda fase de instalação dos arquivos municipais e histórico da cidade, as obras de recuperação da Biblioteca Natália Correia no Bairro Padre Cruz ou a reabertura da biblioteca na Freguesia de Marvila. Mas a realidade era sempre a mesma, um panorama desolador dessa gestão. -----

----- Uma cidade não inclusiva, não solidária, era uma cidade condenada ao insucesso. O estado a que Lisboa chegara no respeitante à inclusão social, Acção Social, era indesculpável. Tinham-se gasto milhões de euros em subsídios para festas, propaganda, mega-projectos, mas deixaram uma dívida na Acção Social de 5,2 milhões de euros. -----

----- Só às instituições que trabalhavam na área de acolhimento dos sem-abrigo, a dívida que se encontrara era de cerca de 950 mil euros. Às instituições que trabalhavam na prevenção, acompanhamento e respostas integradas à população de toxicodependentes, a dívida encontrada, como já fora referido pelo Senhor Presidente

da Câmara, era de 1,1 milhão de euros. Esse era o estado da cidade que o PSD pensava que um mês depois já não seria possível debater. -----

----- A cidade paralisara porque a Câmara paralisara. A Câmara paralisara porque o PSD fora incompetente. -----

----- E Lisboa só não se tinha afundado mais, queria reconhecê-lo nesta Assembleia, devido acção, à vontade, à capacidade de realização das Juntas de Freguesia e dos seus Presidentes, independentemente do partido pelo qual tivessem sido eleitos. Tinham sido eles, ou muitos deles, que mesmo sem receberem as verbas dos protocolos assinados com a Câmara levaram por diante o seu programa, que inventaram formas imaginativas de servirem as populações, servindo até de fiadores ao próprio Município. Um dos exemplos paradigmáticos fora o autêntico escândalo do desvio das verbas consignadas pelo Ministério da Educação para os programas de tempos livres nos ATLS, para apoio às famílias nos programas extra-curriculares, que a Câmara utilizara para outros fins. Era indigno. -----

----- O Partido Socialista sabia que o momento era difícil. Evidentemente, não se fazia em 3 meses aquilo que tinham destruído em 6 anos. Um ano antes estava na oposição, diagnosticando e alertando para o descalabro da situação, mas apresentando propostas muito concretas ao então Presidente da Câmara. Eram propostas que iam desde a área financeira, passando pela mobilidade, pela reabilitação do espaço público, pela inclusão social e pelo combate ao estacionamento selvagem. O PSD não quisera ouvir, diziam que o PS era demagogo e que a Câmara do Eng^o. Carmona estava a ir muito bem. -----

----- Ia mesmo tão bem que hoje estava o Partido Socialista com a responsabilidade de governar a cidade. -----

----- Estas eleições, provocadas pelo PSD, constituíam porventura a derradeira oportunidade para uma recuperação sustentada do prestígio de Lisboa. Se o PSD tivesse sentido de estado na Assembleia Municipal, brevemente seria aprovado o empréstimo financeiro que permitiria pagar as dívidas de curto prazo, 500 milhões de euros herdadas da gestão irresponsável do PSD. -----

----- Se o PSD permitisse na Assembleia Municipal, onde tinha uma maioria, desactualizada mas absoluta, em Dezembro próximo seria aprovado o Orçamento para 2008, instrumento essencial para a implementação do programa aprovado pela maioria dos lisboetas e que representava uma viragem nas prioridades da Autarquia. Seriam pagas as dívidas, se deixassem, e seria dada prioridade às pessoas, aos seus problemas concretos, em cada bairro e cada rua da cidade. -----

----- Os primeiros passos, simbólicos mas significativos, que a Câmara presidida pelo Dr. António Costa já dera assim o demonstravam. Pagamento das dívidas inferiores a 100 mil euros, pagamentos a fornecedores, representavam uma intenção de devolver à Câmara o estatuto de instituição de bem, de boa pagadora, não caloteira. -----

----- O modo simples e eficaz como apresentara a solução para o Parque Mayer também evidenciava uma outra maneira de encarar o futuro, sem soluções tão megalómanas que não tinham solução. -----

----- As prioridades dadas ao combate ao estacionamento selvagem, à higiene urbana e à protecção das crianças nas escolas, por exemplo através da prioridade dada à pintura das respectivas passadeiras, demonstravam que a Câmara queria mesmo colocar as pessoas em primeiro lugar. -----

----- A implementação do Plano Verde, agora em fase de integração no PDM, também demonstrava a viragem das políticas da Câmara. -----

----- A prioridade dada pela Acção Social aos sem-abrigo, ao envelhecimento activo e saudável, à prevenção das dependências, à infância e famílias, também evidenciavam o propósito de tornar Lisboa uma cidade inclusiva, solidária e fraterna. -----

----- Tudo isso era possível fazer, bastava que na Assembleia Municipal o PSD não utilizasse a sua maioria para o impedir. Que fizesse aquilo que o PS tinha feito quando o Dr. Santana Lopes não tinha maioria na Assembleia Municipal. -----

----- Viabilizara os dois primeiros orçamentos e no primeiro tinha sido de cruz, dizendo que a Câmara fora eleita 3 meses antes, tinha todo o direito de apresentar o Orçamento e de o ver passar. -----

----- O segundo fora negociado. Tinha estado à mesa das negociações com o então Vereador Pedro Pinto e com a Vereadora Teresa Maury e o PS votara-o também na Assembleia Municipal. -----

----- E só não tinha votado o terceiro porque o PSD não cumprira nada daquilo que tinha sido negociado para o segundo Orçamento. Era tão simples quanto isso e, portanto, aquilo que esperava no mínimo era o mesmo benefício da dúvida que o PS tinha dado. -----

----- Respondendo a alguns apartes, disse que pelas reacções já estava quase a perceber que o PSD nem sequer iria ter o mínimo de sentido de Estado, que o PS tivera no passado. -----

----- O que lhes custava era que hoje, com António Costa a presidir à Câmara, percebia-se que Lisboa tinha um rumo, que existia um pensamento estratégico. -----

----- Tinha consciência que seria um percurso difícil, sem dinheiro e sem maioria na Assembleia Municipal. Era tempo de todos assumirem as suas responsabilidades. -----

----- O Partido Socialista apenas podia prometer uma coisa: trabalhar. Trabalhar para pagar as dívidas, trabalhar para vencer as dificuldades, trabalhar para olhar pelas pessoas. Trabalhar por e para Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, referiu que o Deputado Municipal Miguel Coelho, no início da sua intervenção tinha dito que fora por pressão do PSD que esta reunião se realizava hoje. Gostaria que se esclarecesse os termos em que, por consenso em Conferência de Líderes, essas questões eram tomadas. -----

----- Bem sabia que o Senhor Presidente em exercício representava para efeito dos trabalhos a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, mas não era a Senhora Presidente da Assembleia e, portanto, possivelmente não poderia confirmar, mas quanto ao que tinha sido referido em relação à Moody's e ao comportamento do PSD, se calhar não fora por acaso que a Câmara tinha pedido à Presidente da Assembleia

Municipal para acompanhar a Câmara na reunião com a Moody`s, no sentido de ver se era possível a Moody`s não baixar o *rating* de Lisboa. -----

----- Seguramente porque o PSD tinha credibilidade. De outra maneira não tinham vindo pedir “batatinhas”, desculpassem a expressão. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que não era exactamente assim como tinha contado. A Senhora Presidente consultara os partidos sobre se devia ou não adiar a data do debate e o PS entendera que devia ocorrer na data prevista, no dia 9 de Outubro. Era só porque o PSD tinha dito que devia ser adiado, e o PSD representava uma maioria absoluta, que a mesma fora adiada. -----

----- Não tinha havido consenso nenhum, porque o PS dissera que ela devia ter ocorrido no dia 9 de Outubro. Se bem recordava, havia uma outra força que se tinha pronunciado pela manutenção da data, mas tinha valido a vontade do PSD. Aliás, percebera-se hoje a tática, que era dizerem que 3 meses depois já não tinham nada a ver com isso. De facto, era muito fácil. -----

----- Por outro lado, dirigindo-se ao Senhor Presidente em exercício, disse que só o responsabilizava a si e até podia ser impopular no seu partido, mas o juízo de valor que fazia sobre a figura e o prestígio da Senhora Presidente da Assembleia Municipal não era, infelizmente, exactamente o mesmo que fazia sobre a bancada e o comportamento político do PSD. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** esclareceu que a prerrogativa de marcar os debates era da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Tinha ouvido a Conferência de Representantes, obviamente não houvera votação e entendera, havendo necessidade e sendo regimental a marcação e efectivação de um debate Estado da Cidade por ano, marcá-lo nesta data e não noutra que estava anteriormente apenas como data indicativa. -----

----- Fora nesses termos o entendimento da Senhora Presidente, entendimento esse que era uma prerrogativa da Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que tinham chegado até aos Deputados Municipais, representantes do povo de Lisboa, murmúrios sobre a revisão do Plano Director Municipal, que deveria estar concluída nos termos da Lei em 2004. -----

----- Na última vez que tiveram novas sobre essa revisão, já lá iam meses, alguém responsável afirmara que essa revisão tinha como objectivo "compactar a cidade", o que significaria aumentar as alturas, volumes e as densidades e preencher a eito aquilo que hoje o imobiliário chamava "os vazios urbanos", fazer a cidade crescer para dentro, engordar. -----

----- E isso significava mais trânsito, mais ruído, mais poluição, menos claridade nas ruas, menor desafio, menos qualidade do espaço urbano. E isso significava vida difícil para todos e em especial para os peões, para as crianças, para os que se deslocassem com dificuldade, para os velhos. -----

----- Pediu ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores que garantissem que assim não seria e que a nova cidade não seria obesa, esclerosada e irritadiça. -----
Por entre a névoa que caíra sobre o planeamento da cidade vislumbrava-se uma manta de retalhos. Eram territórios delimitados que procuravam agora regras e privilégios para o seu desenvolvimento, a Baixa - Chiado, a Beira Rio, as SRU's. A Baixa – Chiado, mas não o Martim-Moniz - Intendente ou a Praça do Chile - Alto do Pina, ou a triste suburbia, a periferia pobre da Charneca ou de Carnide. Esses atraíam o olhar de bem poucos. -----
----- De quando em quando mas com frequência assustadora surgiam monstros desse nevoeiro. Eram as consequências do planeamento a retalho, aproveitando as suturas e a ausência de uma visão sistémica da cidade. -----
----- Era o caso de um prédio que se antevia para a aguçada esquina entre a Brancamp e a Rua do Salitre. Furtava-se ao Plano da Avenida da Liberdade e não cabia no inexistente plano para o Largo do Rato. -----
----- E Lisboa, amável, generosa, tolerante, via cerceada a possibilidade de expurgar uma Lei que no princípio do século passado proibia a construção de templos não cristãos com porta para o espaço público. Com a construção desse prédio, a Sinagoga de Lisboa era remetida, no século XXI, para sórdidas traseiras. -----
----- Que tranquilizassem nesse caso e muitos outros. O Senhor Presidente e os Senhores Vereadores garantissem que daqui para diante, na Cidade de Lisboa, o sol quando nascia era para todos. -----
----- Tardava Lisboa a ter o papel pioneiro que já tivera no campo do planeamento. Talvez agora fosse a ocasião oportuna para agilizar a relação que estava hoje na base da modernidade do pensamento urbanístico: “da cidade que temos à cidade que queremos.” -----
----- E entrar, resolutamente, no planeamento de 2ª geração: abandonar o vetusto plano constituído por um desenho imutável e um regulamento complexo e muitas vezes ambíguo. -----
----- E pensar no planeamento, processo instrumento político de resposta rápida a todo o contexto: -----
----- Se o aeroporto saísse da cidade, se não fosse Portela ou Portela +1, para Ota ou Alcochete, que ocupação para os terrenos da Portela? -----
----- Se o IPO ia para Chelas, o que parecia uma medida acertada, era preciso saber o destino dos terrenos de Palhavã. -----
----- Quando as fábricas abandonavam a cidade, que outros factores produtivos de riqueza as deveriam substituir antes que condomínios fechados ocupassem esses territórios? -----
----- E se os estímulos fossem outros, que a resposta viesse célere, fosse pública e discutida e ganhasse força de plano, que era como quem dizia, de vontade colectiva. --
----- Pedia que o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores tranquilizassem, garantindo que uma nova mentalidade iria reger os destinos da cidade e que nunca mais se ouviria na Assembleia a pergunta: “Quem tem medo do planeamento?” -----

----- **A Deputada Municipal Rita Folgosa (BE)**, no uso da palavra, disse que o estado em que se encontrava hoje a Cidade de Lisboa era já bem diferente do cenário deixado pelo Executivo de Carmona Rodrigues. Novas eleições tinham trazido novos Vereadores e com isso novas orientações políticas. Assim o esperavam Lisboa e os lisboetas. -----

----- Embora sendo já notória a inversão de algumas políticas da cidade e a perspectiva de um rumo melhor, muito havia ainda por fazer, tendo em conta que apenas havia dois anos para a realização de profundas mudanças, alterações que Lisboa carecia para vir a ter um futuro. -----

----- Nos termos do disposto no Regimento da Assembleia Municipal, queria fazer algumas perguntas ao Presidente da Câmara. -----

----- Sabia-se que as cidades se tornavam atractivas pela sua qualidade de vida, pela sua sustentabilidade e pela sua capacidade de geração de relações. Como também já fora referido por diversas vezes, sabia-se que o Plano Director Municipal constituía um instrumento fundamental para a sustentabilidade da cidade, no combate à discricionariedade das decisões, obrigando à definição de princípios, critérios e prioridades para Lisboa. -----

----- Era aqui que residia uma das questões mais importantes para a cidade. Que orientação se iria dar à revisão do PDM e qual o prazo para a sua realização? -----

----- A revisão do Plano Director deveria ter ficado concluída em 2004, como já fora dito. Estava-se no fim de 2007 e esse processo parecia ainda estar longe de ser concluído. -----

----- Como era sabido, a implementação definitiva da Estrutura Ecológica Municipal, bem como a implementação de uma considerável rede de eléctricos rápidos em ligação com as outras redes de transportes públicos, dependiam em grande medida da sua articulação com o PDM. -----

----- Não dependeria igualmente do PDM a inclusão de uma cota de 25% para habitação a preços controlados nos novos projectos de construção e reabilitação? -----

----- E a frente ribeirinha? A trajetória de ocupação da zona ribeirinha era já bem conhecida, mas que novo uso e ocupação urbanos se lhe iriam atribuir? -----

----- Sabia-se que havia intenções sérias para a Cidade de Lisboa, mas também se sabia que este mandato só tinha a duração de dois anos e era por isso que se necessitava de um PDM actualizado, para que Lisboa tivesse de uma vez por todas uma estratégia e um rumo bem definidos. -----

----- Finalmente, mas não menos importante, gostaria de saber ainda, face à nova política de saneamento financeiro, para quando se adivinhava a completa reestruturação e reorganização do sector empresarial do Município. A Emarlis fora extinta, era certo, mas qual seria o futuro das SRUs, da Gebalis, da EMEL e principalmente da EPUL? Que mais uma vez este mês voltara aos jornais, devido aos gastos avultados em viagens e que, segundo o Presidente do Conselho de Administração da EPUL, tiveram como objectivos a formação e a aquisição de conhecimentos. -----

----- Nesse sentido, perguntava: seria que a EPUL precisava de viajar assim tanto para encontrar a sua própria filosofia e missão a desempenhar na Cidade de Lisboa? -----

----- Esperava, então, que em breve a Assembleia Municipal pudesse ter conhecimento do plano do Executivo para a fundamental e urgente reestruturação do sector empresarial do Município. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que passados cerca de 4 meses de gestão do novo Executivo da Autarquia, o primeiro debate sobre o Estado da Cidade permitia já identificar alguns traços caracterizadores dessa gestão. Uma preocupação justificada pela situação herdada de desequilíbrio financeiro do Município, mas levada ao extremo. Desequilíbrio que se procurava, infelizmente, endireitar com base no elo mais fraco, o vínculo dos trabalhadores do Município. -----

----- Não obstante o facto da Câmara precisar há muito de um corte efectivo nas despesas, não se podia proceder ao saneamento financeiro de uma autarquia através de despedimentos de funcionários, ou através da extinção de serviços considerados imprescindíveis. A crise da Câmara não podia ser resolvida através de despedimentos. Era desumano aproveitar o trabalho dessas pessoas para depois as dispensar com critérios pouco claros, ou mesmo por uma total falta de critérios, mesmo quando as suas chefias informavam que elas faziam falta. -----

----- O PEV não concordava com essa decisão e muito menos podia concordar quando a Câmara, com esses despedimentos, se poderia ver obrigada a recorrer a entidades privadas para assegurar o que antes era assegurado pelos funcionários despedidos. Essa não era uma solução para o saneamento financeiro, pois iria sair mais caro àqueles trabalhadores e aos próprios munícipes. -----

----- Também não deixava de saudar o Município por outras duas medidas, caso elas se confirmassem. A primeira era a saída do campo de tiro do Parque Florestal de Monsanto. Porém, faltava ainda saber quando e se sem quaisquer compensações. -----

----- A outra era o previsível corte nas iluminações de Natal, embora o orçamento previsto pela Câmara fosse ainda de 406 mil euros para a totalidade das iluminações. A iluminação da zona central, Rossio – Av. da Liberdade, seria feita com base num patrocínio. Algumas das ruas a iluminar eram as abrangidas pelo protocolo assinado em 1996 entre a Câmara e a União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa. -----

----- Alguns dos Senhores Presidentes de Junta não gostariam das próximas palavras, mas deviam ser justos. Não pondo em causa a beleza da época natalícia, como se poderia justificar o facto da Câmara e as Juntas estarem a pagar, à conta dos impostos municipais, a iluminação que servia de publicidade às lojas dos comerciantes, para de seguida os consumidores se dirigirem a essas lojas para adquirir produtos e pagar os respectivos impostos indirectos sobre o consumo? -----

----- Se os comerciantes pretendiam aumentar as vendas, que fossem eles a associar-se e a quotizar-se para promoverem os seus produtos através da iluminação natalícia, mas nunca através dos impostos municipais. -----

----- Uma outra linha de tendência do Executivo para os próximos dois anos parecia começar a delinear-se, a divisão entre as Freguesias de primeira no centro e de segunda ou terceira categoria, deixadas ao abandono, nas zonas limítrofes da cidade. -

----- As medidas já anunciadas reflectiam essa linha divisória entre a centralidade de algumas Freguesias e o esquecimento das Freguesias periféricas. Não se compreendia que todas as primeiras acções de intervenção no espaço público, fossem elas sobre segurança ou higiene pública, se restringissem ao centro da cidade e para comunicação social ver. -----

----- Referia-se concretamente a um início titubeante de controlo de estacionamento indevidos, de pintura de passadeiras, de medidas de segurança pública, ou acções de higiene e limpeza para turista ver. Tratava-se de medidas pontuais, que se restringiam geograficamente a pouco mais que a Baixa da cidade. -----

----- Tinham procurado essas medidas abranger as Freguesias da periferia? Que se perguntasse às Senhoras e Senhores Presidentes de Junta presentes, que responderiam em uníssono “nem pensar”. -----

----- Mas seria porque essas zonas não tinham estacionamentos abusivos, problemas de insegurança, passadeiras por pintar junto das escolas ou lixo para limpar? O problema era que nessas zonas não existia visibilidade para campanhas junto da comunicação social. -----

----- Lisboa continuava também a ter das artérias mais poluídas e com pior qualidade do ar, tendo como consequência o aumento do número de pessoas, principalmente crianças, afectadas por doenças respiratórias. E o que se tinha feito para inverter essa situação? Porque não se vinham implementando medidas reais com vista à redução do trânsito automóvel particular, privilegiando o transporte público? -----

----- Outro exemplo dessa dicotomia autárquica era, nem mais nem menos, a gestão das zonas expectantes e dos espaços ditos ajardinados. Não obstante a aparente preocupação com os espaços verdes, Lisboa continuava com jardins, logradouros e espaços verdes num estado lamentável. Seria por desconhecimento? Não lhe parecia. -

----- Por exemplo, como era possível o PEV ter alertado na Assembleia Municipal dois meses antes, aquando do debate da Informação Escrita do Senhor Presidente de 25 de Setembro, para o lixo que ladeava o topo poente do templo hindu, entregara fotografias, junto ao parque dos contentores ao Paço do Lumiar, e desde então tudo se encontrasse exactamente na mesma? -----

----- E o que dizer de alguns parques, como o Jardim de Santa Clara na Ameixoeira, os Moinhos de Santana em São Francisco Xavier, ou o regresso previsto de nova agressão ambiental para o Parque da Bela Vista e sobre os moradores das redondezas, que teriam que aturar ruído insuportável até às tantas da madrugada? -----

----- A cidade, ainda sem ter recuperado das anteriores edições, preparava-se para mais um estridente Rock in Rio, com todos os malefícios para a cidade e para a população que daí advinham. Cumprira a organização com as cláusulas que estavam acordadas no respeitante à recuperação daquele espaço? -----

----- Ainda quanto aos espaços verdes, porque não se denunciavam publicamente os contratos ou protocolos da Câmara com as empresas que desleixadamente não os

cumpriam? Por exemplo, com a empresa de jardinagem responsável pela manutenção de espaços verdes na Av. da Liberdade, ou da segurança no Parque Oeste da Alta de Lisboa. -----

----- Porque não se comportava a Câmara mais pró-activamente em prol das Tapadas das Necessidades e da Ajuda, ambas em estado de semi-abandono? -----

----- E o que dizer dos jardins históricos de Lisboa e dos seus equipamentos? O Jardim das Francesinhas a São Bento, o Jardim do Campo Grande, da Praça José Fontana, Campo Mártires da Pátria, Jardim Constantino, do Cesário Verde à Estefânia, da Paiva Couceiro, Parque Silva Porto, a zona nobre da frente ribeirinha, percorridos anualmente por milhares e milhares de turistas, ou o do Campo das Cebolas. -----

----- E as quintas históricas da cidade, como a da Nossa Senhora da Paz no Paço do Lumiar? Para quando uma solução que preconizasse uma recuperação fidedigna do património edificado, azulejaria incluída, e um aproveitamento condigno do imenso espaço verde circundante? -----

----- Ou ainda as Quintas das Conchas e dos Lilazes, cuja mata vinha sendo agredida pelas obras do Colégio de São Tomás? Tinham, inclusive, acabado de substituir a rede que separava o muro por uma divisória em chapa de zinco Ouvia-se a voz dos responsáveis pelos Espaços Verdes levantarem-se contra o corte da mata e esse isolamento atípico? Nada, permaneciam mudos e quedos. Porquê? Porque essa era outra Lisboa, a da periferia, que não atraía a comunicação social para sessões de propaganda do Município. -----

----- Diriam que intervir em alguns desses espaços tinha custos. E o PEV respondia. Não despedissem trabalhadores do quadro do Município. Trabalho não faltava. Os munícipes que aqui viviam, estudavam, trabalhavam e pagavam impostos, bem mereciam uma cidade mais aprazível. Da parte do PEV, continuaria por isso a lutar, cívica e politicamente, por mais e melhores espaços públicos e melhor qualidade de vida em Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que as intervenções que se tinham ouvido, especialmente do partido que neste momento tinha a responsabilidade fundamental do governo da Câmara, o tinham deixado mais uma vez seriamente preocupado. Anotara nas suas “cábulas”, sucessivamente, passado e mais passado. -----

----- De facto, a intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho tratara essencialmente disso, passado e mais passado, as culpas e mais culpas. Era sempre a história do lobo e do cordeiro, “ se não foste tu foi o teu pai, que sujou a água, não sei bem aonde nem quando e, portanto, tens que morrer”. -----

----- Era essa lógica que já no passado tinha imperado um pouco na mudança da gestão da Câmara Municipal, na altura do PS-PCP para PSD-CDS, e tinha sido claramente uma política errada. A maioria tinha criado um monstro, engordara-o e a seguir não tinha havido a coragem de fazer aquilo que tinha que ser feito. Não diria “matar o monstro”, porque isso teria efeitos dramáticos, mas garantir que o “monstro” fazia de facto uma dieta rigorosa. Mas não, deixara-se “engordar o monstro” e o “monstro” estava fora de controle. -----

----- Lamentava que quem hoje tinha responsabilidades na Câmara continuasse, especialmente os seus representantes na Assembleia Municipal, a deixar o seu discurso fundamentalmente nessa matriz de passado. -----

----- Depois, quando chegava ao presente, cheirava-lhe também a alguma repetição. Lembrava-lhe uma canção antiga de uma artista italiana que cantava qualquer coisa como “parole, parole, parole”. -----

----- Era verdade que só tinham passado 4 meses e não estava à espera que em 4 meses se fizessem obras extraordinárias, mas gostava pelo menos que em 4 meses não acontecessem coisas que revelavam os mesmos defeitos, as mesmas doenças, que era uma distração total em relação àquilo que eram as obrigações fundamentais da Câmara Municipal. -----

----- Dava apenas um exemplo: recentemente tinha havido um dia em que chovera bastante, até um pouco acima do normal, mas o que verificara em locais que nem sequer eram muito complicados, e nem se referia à zona ribeirinha e o problema das marés, falava por exemplo do Campo Grande, da Alameda da Cidade Universitária, áreas recentes com os declives adequados para o escoamento das águas, mas os lagos eram dramáticos, pela simples razão de que as sarjetas não estavam limpas. -----

----- O Outono até tinha sido bastante suave e, portanto, era apenas uma questão de planear e executar. As chefias, o poder político, dizer-se aos serviços da Câmara, que tinham funcionários conhecedores dos locais das sarjetas, que era fundamental desenvolver um trabalho de limpeza das sarjetas, para evitar que acontecesse aquilo que era normal nesta altura, porque vinha lá chuva e se o serviço não estivesse feito haveria maus resultados. -----

----- Tinham tido até o bónus de ter muito tempo. Podia-se dizer que tinham vindo logo as chuvas em Setembro, ainda estavam a apanhar o terreno e não tiveram tempo. Mas não, as chuvas tinham vindo no final de Novembro. -----

----- Poder-se-ia dizer que era apenas um exemplo. De facto era, mas era um exemplo revelador de que não estava a acontecer aquilo que devia acontecer, que o CDS-PP vinha defendendo sistematicamente e que o próprio PS dizia, que era tratar das pequenas coisas. Só que começava a suspeitar que se tratavam as pequenas coisas quando era possível que aparecessem na televisão e nos jornais e isso não o deixava confortável. -----

----- Era possível em 4 meses não fazer grandes obras, mas era possível evitar problemas, por exemplo, com a recolha do lixo. Talvez tivesse sido bom utilizar a influência da Câmara Municipal para evitar que a Valorsul tivesse chegado ao estado a que chegara em termos do seu conflito laboral. Não sabia se era possível, mas talvez tivesse sido uma acção, essencialmente política, que permitisse que isso acontecesse. Era apenas uma suposição, poderia não acontecer e, obviamente, não era uma culpa da Câmara Municipal nesse sentido. -----

----- Também tinha perguntado uma semana antes quanto é que isso custara à Câmara Municipal, se existiam e foram accionadas as medidas de penalização da Valorsul no sentido de garantir que a Câmara Municipal não era prejudicada pelo facto de um serviço que contratara não ser executado em condições. Também não tivera resposta e

esperava ter essa resposta em breve. Portanto, os sinais continuavam a não ser muito simpáticos. -----

----- Também era possível nesses 4 meses começar a apontar caminhos, da reestruturação da Câmara Municipal e do seu sector empresarial, as empresas municipais. Quando falava de reestruturação não estava a falar das mudanças dos conselhos de administração ou das chefias. Não era isso que lhe interessava, isso era um problema menor. Era saber que ideias, que caminhos se queria para a EPUL, para a EMEL, extingui-las ou não. Estava por tudo, mas que lhe trouxessem ideias e caminhos. -----

----- Era muito simpático dizer que “devolver a EPUL à sua matriz original”, mas tinham que se lembra que a EPUL fora criada uns 30 anos antes e, portanto, não era devolvê-la à sua matriz original, que fazia sentido naquela altura mas hoje em dia teria que ser adaptada. Eram palavras e não encontrava muito mais. -----

----- Aliás, o CDS-PP não tinha grandes expectativas em relação a este debate, porque sentira sempre que era um pouco isto que ia acontecer. Estava-se a passar aquilo que, infelizmente, suspeitava que se iria passar. -----

----- O CDS-PP estava claramente a apostar numa primeira leitura sobre o comportamento do actual Executivo na apresentação do Orçamento. Aí não haveria desculpas, o Orçamento era um documento que tinha que dar linhas claras para o futuro, tinha que indicar linhas de acção evidentes e não se podia escamotear em estudos, em passados, em problemas financeiros que não se sabia como resolver, na desgraça que era o passivo a curto prazo e a médio e longo prazo. O Orçamento teria que mostrar as linhas fundamentais do Executivo no tratamento das questões da cidade. Esperava que o Orçamento trouxesse aquilo que até hoje não acontecera, que eram ideias claras sobre o futuro. Não queria obras, queria ideias claras que dessem a confiança suficiente de que as intervenções, as obras, os factos da cidade iriam ser aqueles que se pretendia, que era servir os cidadãos. -----

----- Como vinha dizendo sistematicamente, era a posição imutável do CDS-PP, que a Câmara Municipal servia e existia tão só para servir os cidadãos de Lisboa, não servia para se servir a si e aos seus funcionários, por muito que isso custasse ouvir às pessoas. Era para servir os cidadãos de Lisboa, para isso usava os recursos que tinha, os bons funcionários que tinha ao seu dispor, o dinheiro que iria conseguir junto da banca, porque obviamente teria que conseguir, mas o único objectivo era servir os cidadãos de Lisboa e nada mais do que isso. -----

----- Tinha que fazer outra coisa, que era garantir aos cidadãos de Lisboa que a Câmara Municipal merecia essa confiança da parte deles. Não podia continuar a exigir aos cidadãos de Lisboa coisa nenhuma, porque nos últimos anos, e já lá iam muitos, não tinha dado aos cidadãos de Lisboa aquilo que eles mereciam. Portanto, estavam no direito de não acreditar enquanto não tivessem a prova de boa fé e de boa eficiência da Câmara Municipal. -----

----- Que não pedissem nada aos cidadãos de Lisboa. Os cidadãos de Lisboa tinham o direito de pedir tudo à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, disse que era sempre mais agradável tomar a palavra depois da forma narrativa e descritiva que era utilizada pelo Deputado Municipal Rui Roque do CDS-PP, ou do Prof. Sobreda Antunes do PEV, do que a seguir à intervenção eloquente do Deputado Municipal Miguel Coelho, que, aliás, dizia fazer mau juízo de si como membro do Grupo Municipal do PSD e, portanto, nesta intervenção tinha a maior das esperanças de não o desiludir. -----

----- Disse que tinha muito gosto e muita honra em pertencer ao seu agrupamento político e esperava que no fim da sua intervenção, o Deputado Municipal Miguel Coelho fizesse mau juízo de si. -----

----- Hoje debatia-se o Estado da Cidade e o Senhor Presidente da Câmara preocupava-se sobretudo em vir explicar o que não estava feito, o que estava assim feito por causa do que os outros não fizeram, pois o tempo em que cá estava não dera para mudar o que quer que fosse que os outros tivessem feito. Do futuro e dos costumes dissera pouco ou nada, pelo menos nada de concreto, só intenções. Aliás, na mesma linha que utilizara depois o Deputado Municipal Miguel Coelho. -----

----- Já em recentes intervenções do Senhor Presidente da Câmara nesta Assembleia Municipal e noutros fóruns, em orçamentos que se pretendiam participativos e em protocolos de delegação de competências, que afirmara que tinham caducado, dissera que estando na Câmara havia apenas 2 meses não podia, evidentemente, ser-lhe assacada qualquer responsabilidade pelo Estado da Cidade. Em ambas as intervenções não deixara porém de informar os Presidentes de Junta que ou votavam com ele ou não recebiam nem mais um euro e, por outro lado, que considerava um grave erro político convidar os Presidentes de Junta a estarem presentes na discussão do orçamento participativo. -----

----- Isso não tinha abonado e o Senhor Presidente vinha insistindo num estilo agressivo, que também não lhe parecia muito correcto. -----

----- Não podia também deixar de dizer que o que o Senhor Presidente da Câmara apresentara nessa altura não era de facto um orçamento participativo, como todos tinham sido unânimes em declarar, e dizer também que não podia haver orçamentos participativos sem a participação das Freguesias, por razões óbvias. -----

----- Quanto ao Estado da Cidade propriamente dito, poderia lembrar que por acção conjunta da Câmara Municipal e do Governo da República, há longos anos que não se assistia a uma desoneração efectiva dos orçamentos familiares, dos pais de família das crianças que estavam a estudar. Porquê? Porque prolongara a presença assistida das crianças nas escolas, que era das 9 às 15 horas aproximadamente, para as 8 às 19 horas. Isso significara de facto uma desoneração dos orçamentos familiares, que deixaram de ser usados em sistemas de ocupação de tempos livres muito dispendiosos, tendo sido a componente de apoio familiar confiada a um elevado número de Juntas de Freguesia. -----

----- Queria alertar para essa situação positiva para os moradores da cidade poder estar em rápida reversão. Tinham vindo os serviços da Câmara comunicar às Juntas de Freguesia que a Câmara passaria a cobrir apenas as despesas da abertura às 8 da

manhã e, mesmo assim, só com uma pessoa para todos os alunos, a que acrescia uma compensação para os que beneficiariam do sistema de apoio social escolar inadequadamente baixo, mais uma pequena verba para o material de consumo, ficando assim por cobrir todas as horas prestadas em todas as interrupções lectivas, que somavam quase dois meses e meio, 11 horas por dia, com o número de monitores necessários à segurança das crianças, que por exemplo no Praia-Campo era de 1 para 10 e dentro das salas de aula de 1 para 20. Podia-se ver bem o factor multiplicativo. ---

----- Ficavam ainda por cobrir as duas horas por cada um dos 180 dias lectivos despendidos por cada um dos monitores que fossem afectados pelo mesmo índice de 1 para 10 a 1 para 20 entre as 17 horas e as 19 horas. -----

----- A ser esse o caso, que as Juntas de Freguesia acreditavam não ser assim, isso significaria que a Câmara não pretendia que as Juntas continuassem a prestar o serviço de componente de apoio à família, querendo voltar a onerar as famílias com o custo dos ATLS, geridos agora não se sabia por quem, mas sabia-se bem com que objectivos comerciais. -----

----- Com todo o respeito, pedia ao Senhor Presidente da Câmara uma profunda reflexão sobre esse assunto, ou quiçá ao Senhor Vice-Presidente da Câmara. -----

----- Tinha dito pouco tempo antes a Senhora Ministra da Educação que era sua intenção transferir progressivamente para as Juntas de Freguesia o enriquecimento curricular e a aparente nova orientação da Câmara ia ao arrepio do interesse educacional em Lisboa assim definido. -----

----- Dizia o Senhor Presidente da Câmara que ainda só estava em exercício havia 2 meses, mas chamava-lhe respeitosamente à atenção para a necessidade de cuidar bem da sua aritmética. É que já tinha decorrido quase 20% do seu mandato e se tirasse umas merecidas férias no Verão de 2009, então já passara para mais de 20%. Era muito importante uma aritmética desse tipo para uma Câmara que queria gerir um avultado empréstimo bancário, de muitas centenas de milhões. A aritmética tinha as suas características. -----

----- O que tinha então a Câmara a mostrar para os quintos do seu mandato? -----

----- O Senhor Presidente da Câmara permitir-lhe-ia que fizesse uma referência: ia falar sobre o que se passava na sua Freguesia, porque era onde tinha a experiência directa. Contou que tinha um parente seu que dizia, de forma um bocado sarcástica mas modesta, quando lhe perguntavam em que consistia a sua vida social dizia “só conheço os senhores lá da minha repartição”. Pois com as Juntas de Freguesia era exactamente a mesma coisa, só conheciam os senhores e as senhoras lá da Freguesia, porque foram eles que os elegeram e era a eles que tinham que prestar contas. -----

----- Então, ia fazer o resumo do que tinha acontecido durante o quinto do mandato na Freguesia dos Prazeres. -----

----- A primeira coisa que tinham feito, e as aulas já tinham começado, fora fechar de uma forma simplista uma escola, a Escola nº 18, a pretexto da prevalência da segurança das crianças, que todos tinham como primeira preocupação, mas que, segundo afirmavam, estava ameaçada por infiltrações vindas do telhado. Não deixaram a Junta arranjar o telhado, fazer os isolamentos, nem sequer atribuíram à

Junta a competência nem a verba para o efeito. O próprio senhorio, aliás, afirmava que era coisa para 3 mil euros, mas até hoje nada. -----

----- Parecia-lhe que tinham dito que estavam resolvidos todos os problemas até 100 mil euros, mas o facto era que a escola estava fechada, nada se tinha feito e agora estava sujeita à mais desenfreada especulação imobiliária. -----

----- A propósito, não podia deixar de referir que seria interessante comparar esse facto com a posição transmitida pelo Deputado Municipal Miguel Coelho sobre os prédios devolutos. Se fosse um prédio devoluto, necessitava de passar por todas as razões de queixa que tinham sido expressas. Se fosse uma escola da responsabilidade da Câmara, não tinha importância nenhuma. -----

----- Acrescentava que neste momento essa escola fora transferida à pressa para a Escola 72, onde, aliás, também chovia no apoio à família. -----

----- Tinham cortado as plantas que havia na 24 de Julho, que demoraram décadas a crescer; punham ecopontos a tapar as entradas dos jardins; não o deixavam tratar dos chafarizes, que eram autênticos viveiros de insectos; as pinturas das passadeiras de peões que não estavam feitas; o caótico estado do estacionamento no Parque das Necessidades. -----

----- A Tapada das Necessidades vinha sendo vítima de sucessivos predadores desse privilegiado espaço situado no centro histórico da cidade. Responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que ocupavam o mais antigo palácio real português, que devia ser o único na Europa que não era livremente visitável, iam construindo pavilhões pela Tapada das Necessidades, em total desrespeito pelo seu estatuto de imóvel de interesse público. O tratamento florestal das espécies raras fora abandonado pelo Instituto a quem estava confiado. Os caminhos não eram tratados. As caleiras de escorrimento de água não eram desentupidas nem reparadas. Quando chovia, era um lamaçal que alastrava pela Praça das Necessidades. -----

----- A Câmara, a entidade que até agora mais gastava na sua manutenção, conjuntamente com a Junta, não se resolvia a enquadrar aquele tesouro público num sistema de requalificação global e coordenada. O Dr. Jorge Sampaio dizia uns tempos antes, quando se instalara na Casa do Regalo, que para receber o Dalai Lama tivera que o fazer entrar pelo Instituto de Defesa Nacional. Não fosse o curioso do facto, até se tornava ridículo. -----

----- Uma breve mas importante referência à necessidade legal, e parecia-lhe que essa seria para o Senhor Vice-Presidente, das Juntas de Freguesia aprovarem o seu orçamento no próximo mês de Dezembro. Continuava sem estar definido o âmbito e qualidade das delegações. A menos que o fossem até ao fim do mês corrente, não poderiam as Juntas, no cumprimento dos prazos legais, deixar de dispensar elevado número de técnicos, colaboradores e monitores e outros prestadores de serviço em todas as Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa, lançando centenas de pessoas pura e simplesmente para o desemprego. Não tinham Orçamento, não havia forma de lhes pagar. -----

----- Tinha ainda que falar sobre o assunto da zona ribeirinha, que era algo de momentoso para todos. O chamado Cais de Alcântara e a Marina de Lisboa, que

estavam na Freguesia dos Prazeres, tinham sido transformados num parque de sucata já com 5 contentores de altura. Se já com 1 não se via o rio, com 5 não se via nada. ---
----- As gares marítimas da Freguesia, que eram as chamadas Gare de Alcântara e da Rocha de Conde de Óbidos, eram dos mais ricos tesouros arquitectónicos do século XX, com painéis de Mestre Almada Negreiros de qualidade única no mundo, não se conseguia lá chegar sequer, pois estava um labirinto de contentores no meio do caminho. -----

----- O Cais de Alcântara a que se referia era por onde tinha passado toda a História de Portugal no século XX. Desse cais saíram os corpos expedicionários para a Flandres, saíram os transportes para as ilhas, o embarque das tropas para o Ultramar, o “Santa Maria Connosco” de triste memória, o drama dos retornados. Tudo estava mergulhado num mar de ferro e alumínio, à vista de guindastes gigantes de comando informático, tipo *big brother* mecânico que permitia que, para benefício de alguns, a todos viesse o mal. -----

----- Havia uma coisa em que estava a ser injusto e reparava isso agora. Não era verdade que não se conseguisse chegar ao rio. Conseguia-se. Podia-se ir no comboio, pendurados nos estribos. Dez locomotivas pesadas que passavam pela mais longa passagem de nível urbana existente na Europa, que quando não se dedicavam a trucidar os automóveis na Prior do Crato, iam agitando freneticamente bandeiras e munidos de *walkie-talkies* até passar para o lado das docas, onde largavam os contentores durante dias a fio. Era como os lobos, necessitavam de marcar o território e era-lhes indiferente separar as pessoas do seu rio. -----

----- Tinha-se falado do Estado da Cidade de Lisboa e dissera ao Senhor Presidente da Câmara como ela estava. Estava pior. O Senhor Presidente da Câmara podia acreditar que estava muito pior. -----

----- **A Deputada Municipal Maria da Graça Ferreira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que vinha também falar de um tema de má memória. A higiene urbana fora tema de descontentamento generalizado na Cidade de Lisboa, a qual, durante os dois anos transactos, se tornara uma lixeira. -----

----- No caso vertente da Freguesia a que presidia, a Charneca, para além de não constituir excepção, tal estado de desleixo agudizara-se exponencialmente. Reclamações sistemáticas dos moradores, constatação inequívoca do Executivo da Junta, tinham então dado lugar a múltiplas diligências junto dos serviços de limpeza da CML, intervenções na Assembleia Municipal pela sua pessoa, sem qualquer resultado. Sem exagero, diria que tinha sido mesmo o tema que provocara mais dissabores. Isso apesar das características da zona, votada ao ostracismo e de tudo carenciada. -----

----- A falta de planeamento urbano, que tanto tardava em ser feito e não se justificando porquê. As demolições de anos antes, para efeitos de realojamento, tinham dado lugar à desertificação humana e à proliferação de matagais e infestações de animais indesejáveis, quiçá perigosos. O motivo de descontentamento fora assim, nos dois famigerados anos da gestão PSD, mais do que justificado. -----

----- Ao assumir o Senhor Presidente da Câmara, no seu programa eleitoral, o tratamento do espaço público como uma prioridade fizera renascer a esperança. Reactivara-se a pressão sobre as estruturas locais de limpeza, porque existiam, precisavam apenas de funcionar e, fruto de uma nova dinâmica camarária, começavam-se a verificar resultados. -----

----- Elaborara-se um mapa de análise, bairro por bairro, contendo todos os itens em apreço. Esse mapa era preenchido mensalmente com o intuito de objectivar a interpretação e resultava de observações periódicas pelos locais, recolha de opiniões dos moradores e tratamento das reclamações. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador Sá Fernandes, que tanto tinha sido atacado, disse que se congratulava pela diferença visível verificada, tendo o Executivo apenas 100 dias de mandato. -----

----- Deixaria um exemplar do dito mapa preenchido, mas sublinhava em traços gerais que tinham sido cortados os matos e canaviais que ladeavam as vias públicas; tinham sido varridas e lavadas as ruas, recolhidos os lixos com mais cuidado, não deixando os profissionais metade por recolher, como antes acontecia; passara a ser limpo o espaço da feira semanal logo a seguir ao encerramento da mesma, a qual, por se realizar aos domingos, deixava atrás de si durante dois dias um espectáculo desolador e vergonhoso, já que intervenção dos serviços só ocorria depois, conjuntamente com a recolha geral; os contentores foram colocados em sítios mais adequados, fruto do diálogo estabelecido com a Autarquia e com a população; também os sumidouros já cumpriam a sua função. -----

----- Apenas faltava uma campanha de desinfestação, também essa com carácter continuado, que esperava que viesse a ser efectuada a curto prazo, como esperava que a postura interventiva que se vinha adoptando prosseguisse para toda a cidade e se fosse aperfeiçoando, tal era a sua importância, no seu aspecto e no dia-a-dia dos cidadãos. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra, disse que vinha falar sobre o Estado da Cidade, mas mais concretamente sobre uma parte dessa cidade, que era a Freguesia da Ajuda. -----

----- A Freguesia da Ajuda vinha sendo uma Freguesia esquecida pela Câmara Municipal. Fora esquecida nos anos 80, retomara e fora intervencionada nos anos 90 e a partir de 2001 tinha sido novamente esquecida, continuando esquecida. -----

----- As ruas da Freguesia continuavam esburacadas, as passadeiras continuavam por pintar, os candeeiros continuavam sem dar luz e isso não era por falta de ofícios feitos às diversas câmaras. Neste momento também havia relações de páginas com ruas esburacadas, relações de páginas com candeeiros apagados, relações de páginas com as passadeiras por pintar. -----

----- Dizia-se que tinham pintado as passadeiras junto às escolas, mas na Freguesia da Ajuda não foram todas pintadas. Na zona da Boa-Hora, uma zona frequentada por centenas de pessoas quase diariamente, onde existia a igreja, o mercado, o banco, a

escola primária, as passeadeiras estavam completamente desaparecidas. A Junta já tinha alertado a Câmara para esse fim e ainda não fora repostos. -----

----- Era uma Freguesia esquecida porque existiam muitos projectos para a zona que estavam metidos na gaveta. Eram projectos que tinham a ver com a zona envolvente ao Palácio da Ajuda, que era um autêntico matagal, uma zona escura e abandonada. Por isso também compreendia porque é que quando vinham altas individualidades a Portugal e eram convidados para aquele Palácio, normalmente o convite era sempre para a noite e nunca para de dia, que era para que durante o dia não se visse a vergonha daquela zona envolvente. -----

----- A zona envolvente ao Rio Seco e Eduardo Bairrada, que também era conhecida quase como um ponto que fazia lembrar a muita gente alguns pontos do Iraque. Parecia que tinha caído ali uma bomba, era uma zona que estava também degradada e abandonada. Havia projectos para aquela zona, um projecto feito pelos Espaços Verdes em 2004 para intervencionar, mas estava tudo parado. -----

----- Havia outros projectos para pequenas intervenções, como era a o logradouro da Travessa do Moinho Velho, o jardim da Rua General José Paulo Fernandes, o espaço da Rua 13 à João de Castilho, que eram zonas expectantes que podiam ser recuperadas e tratadas como zonas de lazer e de estacionamento, que muita falta faziam à cidade. -

----- Havia também a questão do Rio Seco, onde estava prevista a construção do pavilhão, que estava lá desde 2003. Tinham transferido os compactadores e contentores da zona do posto de limpeza da Boa-Hora, temporariamente até se construir o mercado, mas o mercado já estava a funcionar há dois anos e continuava tudo lá. Não queria acreditar que passasse a uma zona definitiva, mas uma situação que era transitória estava neste momento a transformar-se numa zona definitiva, o que era muito mau para a Freguesia e também para a Câmara Municipal, porque tinha ofícios onde se comprometiam a tirar assim que estivesse construído o mercado. -----

----- Muito mais haveria para dizer, mas o tempo era curto. Dizer só que a cidade não estava bem e não se transformava só com as grandes obras, mas essencialmente com muitas pequenas obras, que eram importantes para a cidade e para o bem-estar das populações que viviam nas zonas periféricas da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que “Lisboa É Gente” fora a imagem de marca que a candidatura apoiada pelo Bloco de Esquerda tinha adoptado nas eleições autárquicas de 2005 e se mantivera nas recentes eleições intercalares, elegendo o Vereador José Sá Fernandes e mantendo-se como projecto de uma nova política e de uma nova cidadania para a Cidade de Lisboa. -----

----- A anterior maioria era responsável pelo verdadeiro caos em que a Cidade de Lisboa sobrevivia. Uma câmara à beira da falência, dívidas em catadupa, processos por resolver, de que o Parque Mayer e a Feira Popular eram apenas um dos mais emblemáticos, suspeitas de corrupção incidindo sobre alguns dos seus responsáveis e que tinham vindo a ser confirmadas pelo Ministério Público, como recentemente acontecera com o badalado caso dos prémios à gestão danosa da EPUL, casas a cair, o parque escolar mais degradado de que havia notícia no País, abandono do espaço público e dos espaços verdes, etc., etc. -----

----- O novo Executivo tinha a responsabilidade em várias matérias de começar de novo, mas tinha sobretudo a exigência dos lisboetas de traçar um novo rumo para a cidade e de ir ao encontro das expectativas dos cidadãos e das cidadãs. -----

----- Nestes 4 meses de mandato surgiam alguns sinais positivos para o início da resolução de alguns problemas: -----

----- O Programa de Saneamento Financeiro; o princípio da auscultação dos cidadãos para um processo que se desejava que desembocasse num orçamento participativo; a possibilidade de recuperação e de reordenamento da frente ribeirinha; um novo conceito para a recuperação da Baixa-Chiado; a aprovação de um estudo a extensão da rede de eléctricos rápidos; a preparação da aplicação de um Plano Verde, que, aliás, fora aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal e constituía um passo estratégico decisivo para o futuro de Lisboa. -----

----- Mas havia coisas que continuavam a preocupar: -----

----- Preocupava que o programa de reestruturação das empresas municipais não estivesse ainda definido e clarificado e que apenas a Emarlis tivesse sido objecto de decisão; -----

----- Preocupava que a maioria dos Vereadores não tivesse aprovado medidas concretas para que a cidade conhecesse a verdadeira dimensão dos negócios com a Bragaparkes e que, em particular, o negócio do Parque Mayer e da Feira Popular não pudesse ser reavaliado por uma comissão independente; -----

----- Preocupava que não tivesse sido aprovado pela Câmara que os prédios do Estado devessem passar a pagar IMI, tal como acontecia em relação a todos os outros; -----

----- Preocupava que o PDM e a sua revisão não dessem sinais de vitalidade e de participação da cidade, mas sim de imobilismo e de um silêncio ensurdecedor; -----

----- Preocupava que tivesse sido imposto por uma maioria de Vereadores um tecto de remuneração para os assessores que podia atingir os 5000 euros e que, ao mesmo tempo, se tomassem medidas que podiam fazer incidir os discursos da crise mais uma vez sobre os trabalhadores. Nesse aspecto, a Câmara tinha entre mãos um problema para resolver. Tratava-se de um problema herdado pelo actual Executivo Municipal, de muitos Executivos anteriores, de todas as cores, da direita à esquerda. A sua resolução, com a integração dos trabalhadores avançados que prefigurassem contratos de trabalho encapotados, marcaria a diferença entre o actual Executivo e os que o precederam. -----

----- Não era um problema grave só por envolver um número significativo de trabalhadores, mas também por estar relacionado com uma situação ilegal, que a Câmara, por acção ou omissão, mantinha ao longo de mais de duas décadas, com graves prejuízos para quem estava obrigado a trabalhar sem saber se no dia seguinte o podia continuar a fazer, apesar do seu contributo ser essencial para o funcionamento dos serviços. -----

----- Era nesse sentido que a Assembleia Municipal tinha aprovado por unanimidade, na reunião de 25 de Setembro, uma recomendação estabelecendo a integração nos quadros da Câmara, em diálogo com os sindicatos, de todos os contratos de avença que prefigurassem contratos de trabalho camuflados. -----

----- Também por isso o Programa de Saneamento Financeiro, aprovado em reunião de Câmara, estabelecia expressamente que a redução em 30% do valor das avenças não seria viabilizada à custa de despedimentos. A verdade era que tinham sido enviadas a 129 avençados cartas de termo de vigência dos respectivos contratos. Porém, tanto quanto já tinha podido apurar, muitos desses trabalhadores estavam claramente abrangidos por situações de contrato de trabalho camuflado, todos eles havia já vários anos. -----

----- Tinha dito o Senhor Presidente da Câmara na semana anterior, na Assembleia Municipal, que a listagem teria sido feita pelos serviços com base num pedido de comunicação superior, de todos os que não fossem considerados indispensáveis para o seu funcionamento e cuja função pudesse ser efectuada pelos recursos da Autarquia. Aqui nascia o primeiro equívoco. Para o BE, a questão fundamental não era saber se o trabalhador A ou B podia ou não ser considerado como prescindível e se a sua função podia ser feita por outrem. A primeira questão era saber se ele tinha um contrato de trabalho camuflado de avença ou não. Se realmente teria sido necessário ao funcionamento da Autarquia nos últimos anos, se vinha tendo uma relação de dependência hierárquica e um horário superiormente determinado. -----

----- Havia, por exemplo, duas trabalhadoras que estavam na Câmara desde 1998, que entraram para fazer atendimento no Campo Grande, com turnos, folha de ponto, mapas de férias e chefia, depois foram transferidas para a Polícia Municipal, com ponto, férias, justificação de faltas, para tratarem das contra-ordenações, e agora tinham recebido cartas de fim de contrato. Quem as iria substituir no trabalho? De novo polícias retirados das ruas? -----

----- Muitas outras situações necessitavam de ser identificadas, estavam a sê-lo e deveriam ser rapidamente, para que se cumprisse o que a recomendação já aprovada pela Assembleia Municipal determinara. O que era preciso agora era que todas e todos que receberam cartas de rescisão e que não deviam ter recebido vissem a sua situação reanalisada, no âmbito da solução que viesse a ser encontrada para a maioria dos contratados precariamente e mantidos pelos sucessivos Executivos da Câmara Municipal. Para o BE, não podiam ser os trabalhadores a pagar a factura. -----

----- Seria, no entanto, impossível discutir hoje a situação da cidade sem assumir a responsabilidade pelo funcionamento democrático, transparente e plural da Câmara Municipal. Era público que decorria desde há vários meses uma negociação entre o PS e o PSD. Essa negociação atravessara o tempo das diversas lideranças do PSD, fora conduzida por Marques Mendes durante o tempo em que confiava em Carmona Rodrigues, fora continuada por Marques Mendes no tempo em que desconfiava de Carmona Rodrigues e confiava em Fernando Negrão. Agora era conduzida por Luís Filipe Menezes, que queria confiar em Fernando Negrão e Carmona Rodrigues. Agora a negociação parecia ter chegado a vias de facto. O PS e o PSD estavam prestes a assinar um acordo para uma mudança dramática na Lei Eleitoral Autárquica. -----

----- O objectivo desta nova Lei era simples, procurava garantir a maioria na Câmara a uma lista a que os cidadãos não quiseram dar a maioria. Não aceitava dar mais poderes às Assembleias Municipais, não aceitava reforçar o pluralismo e a

democracia. A nova Lei PS/PSD queria simplesmente falsificar os resultados eleitorais e impor uma maioria artificial. Se tal acontecesse, a eleição em Lisboa dentro de uma ano e meio seria já determinada por essa nova Lei e aos cidadãos seria permitido votar desde que o resultado da sua votação fosse o que o PS e o PSD preferiam e não o que a democracia escolhia. Perdia-se, assim, uma característica importante da democracia autárquica, que durante 30 anos fora uma das garantias do controle democrático das maiorias, impondo normas de alguma transparência que não se deviam nem podiam perder. -----

----- O PS e o PSD contavam com a total oposição do Bloco de Esquerda a essa alteração legislativa, que fazia batota autoritária onde deveria ser garantida a democracia. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que se estava hoje a discutir o Estado da Cidade, que era um momento importante em termos daquilo que eram as obrigações dos Deputados Municipais. Estava-se a discuti-lo com uma nova Câmara, uma Câmara eleita cerca de 4 meses antes e havia que fazer alguma história sobre isso. Porque é que ela tinha sido eleita? Porque o PSD quisera que houvesse eleições, porque o PSD entendera que as coisas não estavam a correr bem, porque o PSD se penalizava também com a forma como as coisas iam decorrendo. Por isso o PSD entendera, e fora só ele, porque os outros partidos foram a reboque, não tomaram eles próprios a iniciativa, que teria que haver novas eleições. ---

----- Era óbvio que nessas circunstâncias, e atendendo até à dispersão de forças políticas e movimentos cívicos que se candidataram à Câmara de Lisboa, o PSD teria que ser penalizado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tinha sido eleito por forças dessas circunstâncias. Mesmo sendo o número dois do Partido Socialista, uma pessoa poderosíssima no País, não teria sido eleito se fossem outras as circunstâncias. -----

----- Esperava que, num futuro muito próximo, as circunstâncias se alterassem, para ver o que o povo de Lisboa decidiria. -----

----- Não iria falar do passado, porque o passado era muito longo e obrigava a todos, pelo menos àqueles que tiveram responsabilidades ao longo dos últimos anos na Câmara Municipal de Lisboa. Não tinha sido só o PSD, não tinha sido só o CDS, fora o PS, o PCP e “Os Verdes”, que também integrava a mesma coligação. Tinha havido uma altura até em que a UDP apoiava a maioria do Dr. Jorge Sampaio. Todos, mais ou menos, tinham tido responsabilidades. -----

----- Era muito difícil governar uma cidade como Lisboa, custava muito dinheiro e muito sacrifício, era preciso muito trabalho e imaginação. Não acreditava que nenhuma das pessoas que tivera responsabilidades ao longo dos anos na Cidade de Lisboa tivesse má intenção em relação à cidade e aos lisboetas. -----

----- Ainda agora tinha ouvido o Senhor Presidente fazer o seu relato acerca daquilo que tinham sido as iniciativas que tomara ao longo dos últimos meses e parecia-lhe *ipsis verbis* aquilo que o Prof. Carmona Rodrigues aqui fazia de 3 em 3 meses. Tinha dito mais ou menos as mesmas coisas, que fizera isto e aquilo, mais uma escola, mais um arranjo aqui e acolá, não havia grandes diferenças. A única diferença era o tom

autoritário do Dr. António Costa, que era completamente diferente do tom coloquial do Prof. Carmona Rodrigues. -----

----- Era um estilo que tinha de se aceitar, que lhe vinha do poder, que lhe vinha de ser Governo, que lhe vinha do autoritarismo que o PS vinha demonstrando em quase todas as circunstâncias, que vinha da arrogância. Também na Assembleia Municipal se via o próprio Deputado Municipal Miguel Coelho ter o mesmo tipo de atitude e, portanto, era normal, fazia parte do ADN do Partido Socialista. -----

----- O PSD era mais coloquial, o PSD era mais humilde, o PSD tinha mais respeito pelos outros. Se calhar era por isso que diziam que o PSD era de direita, os de esquerda tinham menos respeito pelas pessoas. Paciência, eram de direita. -----

----- Quando se olhava para a cidade, ou a cidade onde andava e onde andavam algumas pessoas que estavam presentes era diferente daquela onde andava o Dr. António Costa, ou a cidade estava praticamente na mesma. Não havia diferenças visíveis. Era óbvio que sempre se tinham arranjado passadeiras, era óbvio que sempre se tinham arranjado buracos, era óbvio que sempre se tinham tirado cartazes. Aliás, isso começara ainda no anterior Executivo. Mas uma diferença substancial de estilo, de forma, sinceramente não via. -----

----- Em relação ao Plano Verde, tinha-se aprovado por unanimidade o Plano Verde do Gonçalo Ribeiro Teles, que tinha sido de facto uma iniciativa do BE, que tivera o mérito de a lançar, de a defender, de a discutir, já no mandato anterior. Então, a primeira coisa que o Vereador Sá Fernandes autorizara era que se tirassem 12 hectares ao Parque da Bela Vista para fazer o IPO, quando o IPO nem sequer era um hospital de urgência e que não servia só Lisboa, servia toda a zona sul do País, que podia estar noutro sítio qualquer. Porquê? Podia estar em Oeiras, na Amadora ou noutro sítio. Era mais uma complicação para a cidade. -----

----- De repente, o Plano Verde do Gonçalo Ribeiro Teles tinha deixado de ter importância? Provavelmente, outro dia tirava-se alguma coisa ao Parque de Monsanto. -----

----- A cidade não era só de coisas físicas e verificava-se que pouco ou nada se tinha feito. Os problemas continuavam a ser os mesmos. -----

----- Acreditava que a intenção do Senhor Presidente e da Vereação relativamente à sua resolução fosse boa e positiva, mas infelizmente os meios eram sempre escassos. Também por lá tinha passado e sabia bem quais eram as dificuldades. Era preciso muito trabalho e muita imaginação. -----

----- Ainda há pouco referia que as pessoas estavam actualmente muito pior e não era só em Lisboa. Se fossem ver em todo o País, de norte a sul, do interior ao litoral, a todas as profissões, verificava-se que toda a gente estava pior, toda a gente se queixava, toda a gente estava em dificuldades. -----

----- Ia ler um texto que tinha sido publicado no “Expresso” e que se intitulava “Derrocada”. Havia uma parte em que se dizia: -----

----- “Se uns vão conseguindo sobreviver, gerindo com extrema severidade o seu orçamento, outros há muito que se têm servido de créditos bancários para conseguir esticar o ordenado. Vivem no limite do zero. Só podem, além de trabalhar, os mais afortunados, pensarem como hão-de prover à educação dos filhos, aos seguros que

têm de providenciar para protecção dos filhos, em empregos arriscados, pagar os juros bancários e deixar para o fim a qualidade dos alimentos com que têm que manter a saúde, que provavelmente mais depressa deteriorará. Remédios em que já tem que se pensar duas vezes antes de comprar, uma vez que o próprio vestuário tem que deixar de existir como necessidade primeira. -----

----- Vejo nas suas caras o mesmo abandono, a mesma apatia, o total desencanto que já reconheço naqueles com quem ando nos autocarros e que não sei quem são.” -----

----- Era um texto publicado que revelava perfeitamente a maior parte das pessoas, a classe média estava a passar a baixa e as pessoas estavam a ser perfeitamente diminuídas nas suas capacidades financeiras e na sua qualidade de vida. -----

----- Isso devia-se a quem? Devia-se essencialmente a quem governava o País. Era por isso que não podia, nunca poderia, deixar de responsabilizar a pessoa que estava ali no meio sentada, porque era também um elemento responsável há muitos anos pela política que o PS vinha conduzindo no País, tanto no tempo de António Guterres, como no tempo do Eng^o. Sócrates. -----

----- Elogiou a forma como o Deputado Municipal Heitor de Sousa interviera e o desassombro com que o fizera. Relativamente à maior parte daquilo que aduzira, o PSD podia perfeitamente subscrever, só não sabia como é que o “Zé” iria gerir isso, mas esse era um problema do “Zé”, não era um problema do PSD. -----

----- Perguntou como é que estava o PDM. A Comissão já tinha reunido imensas vezes com os autores do PDM, estava-se a avançar já no Regulamento do PDM, com muito cuidado, com um grande consenso de todas as forças políticas, com uma grande intervenção de todas as forças políticas no sentido de se encontrar uma solução que de facto servisse a cidade. Era um instrumento fundamental para a vida da cidade e era urgente que fosse aprovado, era urgente que avançasse. Tinha parado há 4 meses. Porquê? -----

----- Como é que ia o Parque Mayer? Quando é que era o concurso de ideias? Qual era o regulamento desse concurso de ideias? Não se sabia. -----

----- Outro aspecto que era importante salientar era o abandono total do Bairro Alto. Ainda no dia anterior, numa reunião preparatória da Assembleia Municipal, alguns Senhores Presidentes de Junta se queixavam do total abandono do Bairro Alto, que era e devia ser um *ex-libris* da Cidade de Lisboa. Era um sítio com história, com vivências, e de facto estava completamente abandonado. -----

----- Também o PSD tinha alertado antes, quando era Câmara, para a necessidade de recuperar o Bairro Alto e outras zonas da cidade. O PSD nunca tinha deixado de o dizer, ao contrário do PS. O PSD era crítico quando tinha que ser crítico, fosse quem fosse que estivesse no poder. Era a forma diferente de estar na política. -----

----- Sobre o cais de cruzeiros, tinha ouvido que já se chegara a acordo entre a Câmara e a Secretária de Estado dos Transportes e Obras Públicas sobre a localização e sobre o projecto do cais de cruzeiros. Recordava-se que a primeira tentativa desse cais tinha levantado um coro de protestos enorme pela altura que tinha o edifício e por aquilo que ele representava em termos de cobertura do Rio Tejo. Era só o Senhor Presidente que aprovava? A Câmara sabia? -----

----- De acordo com aquilo que lhe era dado conhecimento, a Câmara não tinha discutido essa situação e muito menos a Assembleia Municipal. Era conveniente que aqui também fosse referida alguma coisa sobre isso. -----

----- Um dos problemas que tinham sido levantados pelo Senhor Presidente do Porto de Lisboa era relativamente à Agência de Segurança Marítima. Como se sabia, estava numa zona privilegiada da cidade, onde nunca devia ter estado, porque era uma das zonas mais nobres de Lisboa e a sede da Agência de Segurança Marítima podia estar noutra sítio qualquer da cidade. O Senhor Vereador Manuel Salgado devia ter conhecimento disso. Mas mesmo ali ela não oferecia condições mínimas para as pessoas que iam lá trabalhar, na medida em que, segundo informação do Senhor Presidente do Porto de Lisboa, não tinha estacionamentos em quantidade necessária para albergar as pessoas que lá estivessem. -----

----- Era um problema da Autarquia, que em qualquer altura devia ser levantado e resolvido. Não se podia esquecer o passado e dizer que “ninguém resolveu, o problema não é nosso”. O Senhor Presidente da Câmara estava aqui para exercer as suas responsabilidades, não era para as alijar em relação aos outros, porque isso era fácil. Estava no governo da cidade, tinha que resolver esses problemas. -----

----- Em relação ao hotel que estava entre a Torre de Belém e o Padrão dos Descobrimentos, como é que era possível uma entidade pública conceder a uma entidade privada, sem uma hasta pública, sem nada, um bem daqueles, de tanta qualidade? No Parque Mayer, em relação à hasta pública fora o que fora, ali nem tinha havido hasta pública. A Câmara tinha que denunciar isso, esta ou outra. -----

----- Não se limitava a censurar a Câmara presidida pelo Dr. António Costa. Censurava a Câmara quando ela procedia mal, era essa a obrigação dos Deputados Municipais, era por isso que a Assembleia Municipal era a tribuna e o fórum da Cidade de Lisboa, ou não estariam a cumprir a sua obrigação. Se era para dizer “ámen” e levantar consoante o Senhor Presidente da Câmara acenava a batuta, iam para o Partido Socialista, não precisavam de estar no PSD. -----

----- No meio disso tudo, o Senhor Presidente da Câmara tinha um mérito. Não sabia se esse mérito teria grande continuidade, por aquilo que se ia já vislumbrando nas entrelinhas, mas tinha o mérito de ter calado o “Zé”. De facto, o “Zé” era outro completamente diferente. Não sabia o que iria dar, porque já tinha ouvido algumas intervenções do BE que não eram perfeitamente consonantes com aquilo que o “Zé” dizia, mas era um mérito, porque o “Zé”, no mandato anterior, tinha prejudicado muito Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Belarmino Silva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que, realmente, sacudir a água do capote era muito fácil. Quem tinha culpa era quem cá estava, porque quem tinha feito as asneiras anteriores não tinha culpa nenhuma. Pelo menos era a isso que se assistia hoje. -----

----- Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, aquilo que tinha dito não era verdade, por uma razão muito simples: o PSD tinha tomado posse em Outubro de 2005 e só no final de Abril de 2006 é que tinham sido assinados os protocolos. Logo, não era verdade aquilo que tinha dito. -----

----- Neste momento já tinham sido assinados os protocolos relativamente a 2007 e fora na assinatura dos protocolos que o Senhor Vice-Presidente da Câmara garantira, a todos os Presidentes de Junta, que o montante a ser transferido em futuros protocolos seria de igual monta para as Juntas de Freguesia, ficando as Juntas de Freguesia de analisar os protocolos assinados e depois enviar à Câmara as suas sugestões. Isso era o que tinha ouvido na assinatura dos protocolos. -----

----- Já se tinha falado muito de intenções. Era intenção do PSD durante os dois anos requalificar e deitar abaixo as bandas do Bairro do Condado, mais conhecido pela Zona J. No primeiro semestre de 2006, a Senhora Vereadora de então, do CDS, tinha ido a Marvila e com pompa e circunstância anunciara perante as câmaras da televisão que no segundo semestre de 2006 seriam deitadas abaixo e no primeiro trimestre de 2007 o Bairro do Condado seria requalificado. Fora uma intenção. -----

----- Fora intenção a Junta de Freguesia de Marvila subsidiar a Câmara Municipal de Lisboa na questão, por exemplo, do apoio à família. Era a Junta de Freguesia que tinha subsidiado durante ano e meio, porque só agora em Agosto tinha recebido o dinheiro. -----

----- Fora intenção do PSD arranjar as escolas 53 e 54. Mais, era intenção do Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto fazer na Escola 53 a cantina e a respectiva cozinha. -----

----- Fora intenção do Senhor Vereador com o Pelouro dos Mercados fazer um mercado em Marvila. Até agora era só uma intenção. -----

----- Fora intenção da Senhora Vereadora Marina Ferreira a questão da mobilidade. Havia falta de passadeiras junto às escolas, que só tinham sido feitas agora, assim como falta de semaforização. Havia 6 anos que a Junta andava a pedir à CML um semáforo sonoro por causa dos cegos, para atravessarem a Av. João Paulo II. Quase no fim, a Senhora Vereadora tinha chegado perto de si a pedir que não enviasse mais cartas, faxes, e-mails, porque não havia dinheiro. -----

----- Todas essas coisas tinham sido intenções do PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra para defesa da honra, esclareceu que não tinha dito nada que o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila estivesse a contrariar. -----

----- Por outro lado, o que tinham que saber era como seria para o próximo ano... -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que a defesa da honra teria que ser clara. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, referiu que tinha sido acusado de faltar à verdade e podia terminar assim, mas parecia-lhe que deveria explicar porque é que não faltara à verdade. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** esclareceu que o Deputado Municipal Magalhães Pereira teria direito a fazer nova intervenção, mas não agora. No devido tempo, dar-lhe-ia a palavra para nova intervenção. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, disse que seria como o Senhor Presidente em exercício

entendesse. A razão porque pedira para tomar a palavra era porque lhe parecera ofensivo ouvir dizer que tinha faltado à verdade. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que deveria, em sua opinião, haver cuidado na utilização dessas fórmulas e só as usar em última análise, até porque o Senhor Deputado Municipal tinha direito a nova intervenção. Só se deveria usar essa fórmula em último caso e era assim que estava regimentalmente posto. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Agrochão (PCP)**, Presidente substituto da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que aproveitava este debate para lembrar ao Senhor Presidente da Câmara algumas questões sobre Carnide. No entanto, esta intervenção seria quase dispensável caso o Senhor Presidente tivesse tido o cuidado de responder ao convite que lhe tinham endereçado para comparecer ao debate de encerramento do Orçamento Participativo de Carnide. Era assim que uma Câmara, que se dizia querer próxima das pessoas, as afastava e desiludia. -----

----- No entanto, era com o maior prazer que em nome de todos os carnidenses que viviam a sua freguesia e a sua cidade de forma activa, democrática e participativa, que lhe trazia algumas das mais urgentes exigências e respectivas propostas. -----

----- Era assim que lhe dizia que era urgente uma resposta à requalificação do Bairro Padre Cruz. Relembra que esse processo fora em Março de 2006 aprovado por unanimidade nesta Assembleia e que fora alvo de uma ampla discussão com toda a comunidade visada, na qual se tinha conquistado um consenso gerador de expectativas. Esses lisboetas, justamente, tinham visto e queriam continuar a ver neste processo a solução de um problema que ao longo dos anos vinha pondo em causa de uma forma desumana o direito a uma habitação digna de quem trabalhara uma vida inteira. Estava nas mãos desta Câmara devolver, ou não, a dignidade a esses lisboetas. -----

----- Sabia-se que a situação era difícil, no entanto o Senhor Presidente da Câmara saberia melhor que em política, como na vida, nem tudo era dinheiro. O empenho, a determinação e a vontade política eram em muitos casos receita necessária e suficiente para a solução de problemas. -----

-----Deixava alguns exemplos bem ilustrativos do que estava a dizer: -----

----- A Legalização da Azinhaga dos Lameiros, havia mais de quarenta anos que a população desse bairro lutava pela legalização das suas casas. Para ajudar a compreender a dimensão desse problema, esses homens e mulheres, cidadãos de Lisboa, lutavam pela sua habitação há mais do dobro do tempo que era vivo. -----

----- O plano de Urbanização Carnide/Luz, apesar do consenso que tinha gerado, há 10 anos que andava numa das muitas e atoladas gavetas da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara devia ter em conta que enquanto as folhas amareleciam e esperavam espaço para aprovação, as casas degradavam-se e esses lisboetas viam a sua qualidade de vida deteriorar-se cada vez mais. -----

----- O centro de Saúde de Carnide, eram 21 mil lisboetas a exigir desta Câmara que exercesse a pressão necessária junto de quem de direito para a sua construção. Desafiou o Sr. Presidente da Câmara a ser mais um nessa luta de 21 mil, da qual Carnide jamais desistiria. -----

----- O parque de estacionamento da Avenida do Colégio Militar, quando se previa um agravamento do estacionamento nessa zona, graças ao crescimento do Colombo, a Câmara cedia esse espaço à Polícia Municipal, de forma autista e sem consultar nem a Junta nem a associação de moradores. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara que não se esquecesse de que eram todos de Lisboa. -

----- **O Deputado Municipal Graça Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, no uso da palavra, disse que vinha falar do estado da sua pequeno cidade, que era Campo de Ourique. Queria apelar ao Senhor Presidente da Câmara que olhasse com olhos de ver o documento que lhe entregara na reunião com os Presidentes de Junta, documento esse que era composto por mais de 600 páginas e onde estavam enumerados 25 problemas de realização pertinente na Freguesia de Santo Condestável. -----

----- Já tinha tido resposta a um, o primeiro desse dito documento, que era a construção do parque de estacionamento da Afonso do Paço, e a resposta fora um redondo não do Senhor Vereador Manuel Salgado. O parque de estacionamento da Praça Afonso do Paço era uma aspiração da população com mais de 10 anos e a que finalmente tivera uma resposta, extremamente negativa. Com certeza que com essa atitude, que do seu ponto de vista fora leviana e em cima do joelho, iria de mal a pior a qualidade de vida dos residentes de Santo Condestável. -----

----- Esse parque de estacionamento já fora objecto de uma moção do CDS, que exigia a sua construção e que obtivera o apoio e a votação da maioria da Assembleia, inclusivamente do PS. -----

----- Esperava que em relação a essa atitude se voltasse atrás, porque o estacionamento em Campo de Ourique estava num estado de calamidade, de ruptura, e iria piorar nos próximos tempos com certeza. Haveria uma ocupação legal das centenas de casas que se estavam a recuperar em Campo de Ourique e com certeza que os novos moradores levariam centenas de carros para o bairro. Se já estava em ruptura, ainda ficaria pior. -

----- Queria falar sobre duas acções que a Junta tinha tomado nesta quadra natalícia e que era iluminar algumas ruas, substituindo-se à Câmara naquilo que tinha sido até agora feito pela CML. Compreendia os problemas económicos da Câmara, mas a Junta iria iluminar pelo menos 3 pontos de grande importância na Freguesia. -----

----- Seria instalado um presépio com 11 figuras em tamanho natural, numa cabana de características à época, a instalar no adro da Igreja de Santo Condestável. Tinha também que agradecer, não era só bater na Câmara e no Executivo, mas tinha que agradecer o apoio dado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara e pelo Senhor Vereador Sá Fernandes, com a cedência de alguns apoios, nomeadamente as plantas de decoração e a segurança e vigilância através da Polícia Municipal, a cujo comando também expressava o seu agradecimento. Ao invés, de um dos componentes da Vereação de que esperava maior apoio, até ao momento não tinha havido resposta, infelizmente. -----

----- Convidou todos para a inauguração do presépio, que se realizaria no dia 6 às 18 horas, com a presença da esposa do Senhor Presidente da República, esperando

também que o Senhor Presidente da Câmara estivesse presente, a quem já tinha sido enviado hoje um convite por fax. -----

----- A Junta de Freguesia de Santo Condestável estava a dar um contributo para melhorar o estado da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse que aproveitava a análise sobre o Estado da Cidade e o facto de ser o primeiro debate com o novo Executivo Municipal para voltar à questão da Escola Básica do 1º Ciclo em São Vicente de Fora, a chamada Escola 4. -----

----- As preocupações já vinham de longe, desde a necessidade de obras, até à reformulação que o edifício necessitava. A escola, ao fechar para obras, trouxera à Freguesia uma enorme satisfação, já que as crianças poderiam frequentar no futuro uma escola em boas condições. -----

----- A Junta de Freguesia e a Voz do Operário tinham mostrado o seu empenhamento com a instalação provisória da escola nos seus espaços, que, de acordo com a CML, levaria no máximo um ano e meio a executarem-se as obras nas referidas instalações. -

----- Sabendo que o Senhor Presidente da Câmara não tinha contribuído para essa situação, queria, contudo, deixar assinalado neste debate o que se estava a viver na Freguesia, muito preocupante, já que tinham passado 3 anos sobre o fecho da escola para obras e não havia qualquer informação. -----

----- A Escola nº 4 era a escola da Freguesia e não só. Era necessário e urgente o início das obras, dando à Junta de Freguesia, às comissões de pais e à restante comunidade educativa prazos claros do seu início e do dia do tão desejado regresso a casa. Aqui continuaria a acompanhar o evoluir dessa situação. -----

----- **O Deputado Municipal Brito Correia (PSD)**, no uso da palavra, disse que tinha pedido a palavra para falar sobre um problema que considerava grave, que era o despovoamento dos bairros antigos de Lisboa, e apontar algumas soluções que lhe pareciam possíveis, sem ter a pretensão de juntar todas as questões. -----

----- O despovoamento da zona da Baixa-Chiado era conhecido e fora objecto de algumas propostas de solução durante a presidência do Prof. Carmona Rodrigues, propostas que pareciam estar neste momento na gaveta. -----

----- Como era membro da Assembleia de Freguesia de Santos-o-Velho há 6 anos, compreenderiam que se preocupasse sobretudo com o bairro onde residia, onde o número de cidadãos eleitores diminuía de cerca de 8500 em 1986 para cerca de 4300 em 2007, a maioria dos quais idosos. Tinha diminuído de tal modo que a Junta de Freguesia anterior tinha 5 membros e a actual tinha 3, das últimas eleições. -----

----- Podia-se observar a olho nu que havia na cidade, não só na freguesia, milhares de casas devolutas. Não sabia se eram 20.000, como tinha dito o Deputado Municipal Feliciano David, ou se eram 4.500, como tinha dito o Senhor Presidente da Câmara, mas eram muitas. Isso constituía um fenómeno preocupante, que tinha certamente motivos de vária ordem, por exemplo as desavenças entre herdeiros que não chegavam a acordo sobre partilhas e preferiam não comprometer as casas. -----

----- Alguns diziam que era a ganância de senhorios especuladores. Admitia que houvesse alguns casos desses também. -----

----- Outros referiam que as casas nos concelhos vizinhos eram mais baratas, o que também era verdade. -----

----- Parecia-lhe que o motivo principal desse fenómeno estava no Regime do Arrendamento Urbano e no regime do Licenciamento de Obras. Recordava que em Lisboa as rendas tinham estado congeladas durante muitas décadas, ainda antes do 25 de Abril, e continuaram congeladas mesmo quando a inflação tinha chegado aos 30% ao ano. -----

----- Depois a Lei tinha admitido actualizações anuais, segundo coeficientes iguais ou mesmo inferiores à inflação, prevendo para rendas antigas uma lenta e reduzida recuperação. Por isso, havia rendas antigas inferiores ao que custava hoje um almoço ou um mês de telemóvel, o que era absurdo, atendendo ao que custava construir e manter uma casa. -----

----- Em consequência desse regime, havia prédios em que alguns andares estavam arrendados por rendas antigas de 30 ou 50 euros, enquanto que outros, com a mesma área, tinham rendas recentes de 1000 ou 2000 euros. -----

----- Se os senhorios eram olhados como ricos só porque tinham casas, a verdade era que muitos eram trabalhadores que conseguiram poupar algum do seu salário e aplicar as poupanças para assegurar o seu futuro e que, com rendas tão baixas, viam esse futuro frustrado. Não sabia quantos, mas muitos deles não tinham dinheiro para fazer obras, que eram caras. -----

----- Depois de 1975 as Leis do Arrendamento tinham criado tantas e tais disposições de protecção aos inquilinos que pouca gente queria ser senhorio. O Regime do Arrendamento Urbano, de 1990, tinha resolvido o problema dos novos arrendamentos, ao permitir a sua celebração pelo prazo de 5 anos, mas não fora suficiente para normalizar o mercado e, a seu ver, não tinha resolvido de todo o problema das rendas mais antigas. -----

----- Restava à maioria da população o recurso ao crédito para a compra de habitação própria, a que os jovens tinham difícil acesso, apesar de alguns incentivos. Muitos iam viver para fora de Lisboa, onde as rendas não tinham estado congeladas tanto tempo e isso era bom ser recordado, criando problemas diários de transportes cada vez mais graves. -----

----- Naturalmente, como as causas eram muitas, havia muitas soluções, mas parecia-lhe haver uma solução que podia permitir pelo menos resolver uma parte significativa dos problemas. Sabia, por experiência de advogado, que os processos de despejo por falta de pagamento de rendas se arrastavam nos tribunais durante 2, 3 e mais anos. Ultimamente ouvia falar, cada vez com mais frequência, de casos de inquilinos que arrendavam uma habitação e só pagavam as primeiras rendas, ficando à espera da ordem de despejo e quando, passados anos, eram obrigados a mudar de casa, repetiam a operação e viviam há mais de 10 anos em casas arrendadas, tendo pago apenas 4 ou 5 rendas. -----

----- Compreendia-se que um senhorio, que aguentara décadas de rendas baixas e esperara anos por um despejo, preferisse não arrendar a casa, porque receava perdê-la e não receber as rendas. Nem tinha dinheiro para fazer as obras. Conhecia muitos casos desses. -----

----- O novo Regime do Arrendamento Urbano, de 2006, não tinha resolvido esse nem outros problemas. Começava por ser muito complexo. No seu caso, sendo advogado, tinha gasto várias horas até perceber como aplicá-lo. -----

----- Depois, previa um regime de avaliações complicado e oneroso, que parecia mais pretender gerar impostos para o Estado do que aproximar as rendas do valor de mercado. -----

----- Já tinha passado tempo suficiente para se perceber que a maioria dos senhorios nem sequer aproveitava as oportunidades do aumento de rendas que esta Lei lhes oferecia. -----

----- Finalmente, em vez de facilitar os processos de despejo, a Lei ainda vinha acrescentar mais possibilidades de suspensão da execução e de diferimento da desocupação, por motivos sociais aparentemente razoáveis, mas que faziam recair injustamente sobre os senhorios encargos que deviam ser suportados atempadamente pelo Estado. Atempadamente, antes de começar o processo, porque o inquilino tinha a obrigação de saber quando é que lhe faltava o dinheiro para pagar a renda e dirigir-se a quem o pudesse ajudar. -----

----- Os pobres, a seu ver, deviam ser auxiliados pelo Estado e não pelos senhorios, tantos deles empobrecidos. Não havia razão para que os despejos por falta de pagamento de rendas demorassem tantos anos nos tribunais, com sucessivos recursos. Nos contratos de locação financeira, quando o locatário não pagasse a renda durante dois meses, a locadora podia resolver o contrato e obter judicialmente a entrega da coisa locada, mediante um processo judicial que demorava 15 dias ou pouco mais. Porque não aplicar um processo semelhante aos despejos por falta de pagamento de rendas? Isso, só por si, daria outra confiança aos senhorios para aceitarem novos arrendamentos. -----

----- Parecia-lhe nas actuais circunstâncias, também por isso, injusto pretender resolver o problema das casas devolutas mediante a aplicação da taxa do IMI sem distinções, como era a proposta rejeitada há pouco pela Assembleia Municipal. -----

----- Também lhe parecia injusto querer resolver o problema dos prédios degradados mediante o agravamento do IMI. Muitas vezes os senhorios não faziam obras porque não tinham dinheiro, ou porque a Câmara Municipal não autorizava, ou demorava anos a autorizar as obras necessárias para viabilizar o investimento, ainda exigindo taxas elevadas, quando não mais-valias ilegais. Sabia bem do que estava a falar. Sendo certo que programas municipais de recuperação como o RECRUA aproveitavam apenas a alguns à custa de todos. Isso já sem falar dos casos de corrupção. -----

----- Por isso, considerava urgente rever todo o Regime de Licenciamento de Obras e, sobretudo, alterar o novo Regime do Arrendamento Urbano, no sentido de simplificar e agilizar radicalmente os procedimentos e reduzir os encargos suportados pelos cidadãos. Sabia que isso incumbiria em grande parte ao Governo, mas a Cidade de

Lisboa era certamente uma das mais prejudicadas pelo regime actual. A CML tinha hoje condições para exigir do Governo a resolução de problemas que não podiam esperar mais. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP queria trazer a este debate sobre o Estado da Cidade situações concretas, a precisarem de medidas urgentes. -----

----- A cidade estava mais degradada. Os transportes públicos tornaram-se num pesadelo. Uma viagem mais longa obrigava a mudar três vezes de transporte. Para quem trabalhava, a Carris tornara-se odiosa e inimiga da cidade e do cidadão. As barreiras arquitectónicas eram outro pesadelo. Idosos e deficientes continuavam a enfrentar dificuldades e problemas que eram dolorosos e desgastantes. -----

----- O trânsito avolumava-se e não havia organização; as segundas e terceiras filas sucediam-se, o estacionamento não tinha regras. Mesmo numa situação em que se interrompera a circulação na Praça do Comércio, sem outras medidas gerava-se uma confusão por exemplo na Rua do Cais de Santarém, Rua Terreiro do Trigo e na Rua Jardim do Tabaco. -----

----- A insegurança fazia parte do quotidiano, para além do vazio e ausência de solidariedade. Enquanto tudo isso acontecia, os mais jovens, os filhos dos lisboetas, continuavam a sair de Lisboa. -----

----- O PCP apresentara na Câmara uma proposta de reorganização e recuperação dos espaços públicos, que tinha sido aprovada. Acompanharia a sua execução com ideias e propostas. -----

----- Gostaria de trazer o problema da Tapada das Necessidades. Desarticulação entre Ministérios e Câmara Municipal resultaram em abandono, destruição de património, maus pisos e perigo para os mais velhos e crianças. Até o estacionamento de carros alastrava na Tapada. Impunha-se um projecto de revitalização e de animação de cerca de dez hectares de território privilegiado que tinha de ser fruído e bem amado pelas populações. Também nesse caso, o PCP apresentaria uma proposta na Câmara para revitalizar a Tapada. -----

----- A zona oriental de Lisboa tinha muitos problemas. Na Quinta do Ourives, tinham sido apenas reabilitados dois lotes, apesar de em 2005 a Gebalis e a Câmara da altura terem proposto aos moradores que escolhessem as tintas e as cores para os outros lotes. Mentiras e promessas não faltaram e aqui convinha dizer que o PSD passara os mandatos em que tinha maioria a atacar a coligação anterior, do PCP e do PS. Também tinha que se ver o que acontecera nos mandatos do PSD, analisar o que ficara, a herança que havia. -----

----- Faltava era a reabilitação a sério onde devia ser feita, e era urgente, para melhoria das condições de vida da população. -----

----- O Clube Oriental de Lisboa ainda hoje estava à espera do complexo desportivo prometido por Carmona Rodrigues. Entretanto, centenas de jovens tinham cada vez mais dificuldade na prática desportiva. Tinha de se lutar pela criação de infra-estruturas desportivas e sociais que dessem respostas à população do Beato e de Marvila. -----

----- Mas nos Olivais também havia problemas. Aguardava-se o projecto da CML sobre as piscinas e o complexo desportivo. Na Expo, era a construção desenfreada, a desfiguração urbanística cada vez mais acelerada, elevadas volumetrias, falta de equipamentos escolares, de um centro de saúde e de uma esquadra, previstos no PDM. Sobravam o casino e o trânsito caótico. Na Rua da Centieira, os moradores aguardavam informação sobre as suas casas e exigiam respeito pelo Plano da Zona Ribeirinha Oriental. -----

----- Em Marvila, a construção na Rua Eng.º Cunha Leal era desordenada. Nessa rua, ocupara-se um talude que era para espaços verdes. Faltavam equipamentos desportivos, sociais e culturais. A população propunha a construção de um polidesportivo coberto, junto às instalações da Associação de Moradores do Condado. Era preciso evitar que também esse espaço fosse alvo de construção imobiliária. Os depósitos de água no cimo das torres, com cerca de oitenta mil litros cada um, ameaçavam ruir. As bocas-de-incêndio estavam desactivadas. Era urgente a vistoria das canalizações de gás de alguns prédios. A toxicodependência e a prostituição exigiam medidas de acompanhamento e de apoio à segurança e ao bem-estar da população. -----

----- No Beato, o Grupo Recreativo e Cultural Os Onze Unidos tinha um pavilhão desportivo e social e não tinha o direito de superfície. Fora o PCP que apresentara na Assembleia de Freguesia e nesta Assembleia propostas de resolução dessa situação absurda. O PCP iria propor na CML a resolução definitiva dessa questão do direito de superfície das instalações sociais e desportivas. -----

----- Faltava uma política desportiva para a cidade. -----

----- Faltavam projectos de animação social e cultural para os jardins e outros espaços, que aliviassem o pesadelo e a solidão que era viver em Lisboa. A qualidade de vida não existia para quem habitava e trabalhava em Lisboa. O Município tinha de dar respostas concretas à população dos bairros e freguesias, que tinham direito a uma existência digna, ao gosto de viver na cidade que amavam e queriam ver moderna, solidária e com a defesa e projecção da identidade e da cultura que a caracterizavam e distinguiam, a níveis nacional e internacional. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que se estava a falar hoje sobre o Estado da Cidade e já praticamente tudo tinha sido dito. O que o trazia aqui era apenas falar em 2 ou 3 pontos referentes ao futuro e àquilo que entendia como preocupação em algumas zonas da cidade e dizer ao Senhor Presidente da Câmara que, de uma vez por todas, o Executivo devia parar de falar do que acontecera no passado. -----

----- Dava um contributo, por parte dos Presidentes de Junta, designadamente do PSD, dizendo o seguinte: -----

----- Também no passado, relativamente às relações institucionais, os Presidentes de Junta do PSD tinham criticado e travado algumas lutas com o então Presidente de Câmara, só que o faziam directamente e sempre que necessário havia com ele uma via aberta. A partir do momento em que isso acontecesse com o actual Presidente da Câmara, uma via aberta entre os Presidentes de Junta e o Presidente da Câmara, podia

ter a certeza que algumas das suas estratégias para a cidade poderiam ter ou não, mas na hora, a concordância dos Presidentes de Junta. -----

----- Era dizer, basicamente, que o que criticavam hoje também tinham criticado no passado, o que achavam que não era correcto para as Juntas de Freguesia, só que o faziam de via aberta. Podia-se confirmar com o então Presidente de Câmara se assim era ou não. -----

----- Arrumado que estava o passado, dizer que o preocupava a demora constante do Plano de Urbanização da Av. da Liberdade e Zona Envolvente. Até à vinda da CCDR e à discussão pública muito se podia ter feito já daquilo que estava nesse Plano. Dizia hoje como tinha dito no passado ao então Presidente de Câmara, que podia ter feito alguma coisa do Plano que não necessitava da aprovação do Plano Global na CCDR. -

----- Pedia ao Senhor Presidente da Câmara que olhasse para esse Plano, que escolhesse 2 ou 3 pontos do mesmo que não necessitassem da aprovação da CCDR e começar a trabalhar nessa área, porque era importantíssimo para essa zona da cidade. -

----- Depois, dizer também que o preocupava neste momento não existir ou não se conhecer uma estratégia na área da cultura para a cidade. Era importantíssimo haver essa estratégia, nomeadamente em ligação com a acção social. Estava provado, por exercício de funções de alguns Presidentes de Junta de Freguesia, que uma boa estratégia cultural, um bom plano de cultura ligado à acção social podia combater fortemente aquele que era um dos principais problemas dos idosos na Cidade de Lisboa, que era a solidão. -----

----- Havia muito trabalho feito nessa área nas Juntas de Freguesia e, portanto, pedia ao Senhor Presidente da Câmara que convidasse os Presidentes de Junta, em conjunto com a Senhora Vereadora da Acção Social e com a Senhora Vereadora da Cultura, para traçar em conjunto uma estratégia para o combate à solidão, nomeadamente no centro histórico da cidade, que era em grande escala. -----

----- Disse que era um adepto da Cidade de Barcelona e, cada vez que podia ir a Barcelona, olhava para o centro histórico, nomeadamente para o Bairro Gótico e, com as devidas diferenças, parecia-lhe que o Bairro Alto poderia ter um tratamento ao nível da limpeza, ao nível da frequência, ao nível da forma de estar, parecido com aquilo que era o Bairro Gótico. -----

----- Não havia estratégia neste momento para o Bairro Alto, que era hoje um sítio sujo, era hoje um sítio desagradável, era hoje um foco de insegurança enorme. Bastava ter visto a reportagem do “Expresso”. Tinha que se olhar para aquele bairro, que recebia bastantes turistas diariamente, e arranjar-lhe uma solução e uma estratégia para tornar aquela zona da cidade numa zona emblemática. -----

----- **O Deputado Municipal Valdemar Salgado (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, no uso da palavra, disse que como Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande queria focar dois aspectos: Primeiro o interesse geral da cidade; segundo, o interesse da Freguesia. -----

----- Assim, no primeiro aspecto havia o Jardim do Campo Grande. O Executivo da Junta de Freguesia sempre tinha feito todos os esforços para chamar a atenção da CML para o estado deplorável e perigoso em que se encontrava o jardim. As causas

desse estado de degradação, insalubridade e insegurança deviam-se à falta de vontade de intervenção que a CML vinha demonstrando. Para a Junta do Campo Grande, esse jardim teria que ser devolvido à cidade. Para isso, em 2002, a Junta tinha apresentado à CML um conjunto de soluções para o jardim, com a intenção de colocar esse problema na agenda de prioridades da Câmara. -----

----- No segundo tema, os aspectos relevantes para a Freguesia, queria salientar três pontos: -----

----- O Bairro das Caixas. -----

----- A questão do estacionamento era um dos grandes problemas com que a cidade se debatia. No Bairro das Caixas, onde esse problema se fazia sentir de uma forma particularmente aguda, verificava-se a existência de amplos espaços totalmente abandonados, com um enorme potencial para a criação de zonas de parqueamento e de espaço público de qualidade. Por essa razão, a Junta vinha sistematicamente levando essa questão ao conhecimento da CML. -----

----- Para a Junta não bastava fazer uma operação de limpeza à superfície, em vésperas de eleições. Só a criação de estacionamento e de espaço público de qualidade poderia ser aceite como solução. -----

----- Bairro Fonsecas e Calçada. -----

----- Era um bairro social de realojamento, situado junto à Segunda Circular, que não se encontrava protegido do ruído originado pela circulação rodoviária nessa via. No entanto, do outro lado da via existiam barreiras acústicas e daí resultava uma inaceitável situação de discriminação. As classes média/alta de um lado da Segunda Circular, zona de Telheiras, estavam protegidas, as classes mais baixas não estavam. --

----- A Junta, na sequência de acções anteriores, já tinha colocado essa questão ao actual Presidente da CML e ao respectivo Vereador, Dr. Sá Fernandes. -----

----- Avenida do Brasil. -----

----- Actualmente, verificava-se que os automóveis estacionavam em cima dos passeios da Av. do Brasil. Quem o fazia, não tinha qualquer alternativa. Urgia, por isso, criar zonas de parqueamento, cuja rendibilidade estava garantida pela elevada procura. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que o facto de falar já a esta hora permitia-lhe não abordar determinadas questões que já tinham sido focadas, mas abordar algumas que considerava essenciais. -----

----- Tinha-se inaugurado a última parte do Eixo Norte-Sul e não poderia deixar de hoje, na Assembleia Municipal, chamar a atenção para um pormenor que estava a acontecer. Tinha deixado de haver tanto trânsito na Calçada de Carriche e na Av. Padre Cruz, mas os engarrafamentos no Eixo Norte-Sul eram monumentais. Por volta das 8.30 horas, o engarrafamento chegava ao Forte da Ameixoeira. -----

----- Isso traduzia-se em quê para a população residente para lá da Segunda Circular? Era algo que nunca se cansava de focar, porque esqueciam-se muito as pessoas que viviam para lá da Segunda Circular. -----

----- A população de Telheiras, que habitualmente tomava o Eixo Norte-Sul para se dirigir ao centro da cidade, neste momento tinha um engarrafamento monstro para poder entrar no Eixo Norte-Sul. Tentava entrar na Av. Padre Cruz e aí prejudicava quem vinha do lado do Lumiar e do lado do Lambert. -----

----- Como é que isso acabava? Era evidente que se houvesse Autoridade Metropolitana de Transportes, isso estaria um pouco resolvido, porque não acreditava que a Autoridade, perante a abertura de uma via daquelas, não tomasse posições sobre qual seria a melhor solução para o escoamento do trânsito. -----

----- Chamava à atenção do Senhor Vereador do Urbanismo que a urbanização do Alto do Lumiar, tal como estava em andamento, tinha muita culpa daquilo que se verificava neste momento no Eixo Norte-Sul. -----

----- Como se sabia, o Eixo Norte-Sul fora de construção do Governo. Tinha-se iniciado com Durão Barroso, continuara com Santana Lopes e acabara de ser inaugurado, no tempo do Eng^o. Sócrates. -----

----- No meio da urbanização estava o eixo central, que tinha apenas uma rotunda e estava muito atrasado. A pergunta que fazia era se o plano de urbanização, que era para estar concluído em 2015, se o eixo central estaria em desenvolvimento normal. --

----- Da culpa da Câmara era a Av. Santos e Castro não estar concluída. Já devia estar concluída dois anos antes, mas, por motivo de expropriações, a Av. Santos e Castro não estava concluída e, portanto, as acessibilidades naquela área da cidade, acrescidas com o trânsito vindo das zonas limítrofes do concelho, provocava situações de engarrafamento que era preciso ponderar e pôr termo. -----

----- Também não queria deixar de referir que o pavilhão desportivo demolido em virtude da construção do viaduto do Eixo Norte-Sul, ninguém dizia quando iria ser construído. A população daquela zona tinha sido altamente prejudicada. Era ali que centenas de pessoas praticavam desporto e não se via que a Câmara, que era quem tinha a responsabilidade de construir o pavilhão depois de construído o viaduto, não se via meios do pavilhão começar em construção. -----

----- Os arranjos por baixo do viaduto, que também eram da responsabilidade da Câmara, não se conheciam quaisquer projectos para que fosse feita aquela requalificação. Era importante fazer, ou qualquer dia era a erva, eram os toxicodependentes e outras situações que aconteciam naquela zona. -----

----- Não podia deixar de chamar a atenção para a saúde na Cidade de Lisboa, no respeitante aos centros de saúde, e de referir em pormenor aquilo que se passava no Centro de Saúde do Lumiar, que apoiava cerca de 80 mil utentes, quer na Freguesia do Lumiar, quer na Ameixoeira, quer na Charneca. Havia 16 mil utentes sem médico de família, faltavam cerca de 30 enfermeiros e, como se isso não bastasse, ultimamente pusera-se termo aos contratos das assistentes sociais sem se perceber porquê. Cada vez havia mais população, cada vez havia mais idosos e cada vez havia menos cuidados de saúde. Era uma questão que tinha a ver com a actuação do Governo, mas esperava-se que o Senhor Presidente da Câmara interviesse directamente nessa matéria, de forma a melhorar a situação que se constatava naquela área da cidade. -----

----- Quanto à segurança, que não tinha sido hoje focada, era um problema na Cidade de Lisboa e não se podia esquecer que era uma cidade de eventos. Hoje, felizmente, era procurada por muitos eventos de carácter internacional e tinha que haver cuidado com o problema da segurança. -----

----- Na zona do Alto do Lumiar estava uma divisão concluída e sem estar ocupada, apesar do Senhor Presidente ter referido em tempos que em Outubro entraria em funcionamento, mas neste momento ainda não se conhecia quando seria posta em funcionamento pela Direcção Nacional da Polícia. -----

----- Recordava que a cidade tinha um Conselho Municipal de Segurança, que estava previsto na Lei e que provavelmente era a altura dele reunir. Havia muitas reuniões na Cidade de Lisboa e era certo que a segurança era uma questão da Direcção Nacional de Segurança, mas também a cidade tinha que preocupar-se com a questão da segurança. Na verdade, o Conselho Municipal de Segurança, quando em funcionamento, havia muitas coisas que eram levantadas e que era oportuno não se esquecer que estava na Lei e que a sua convocatória competia ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Recordava também a questão da cultura para lá da Segunda Circular. Já uma vez referira que a Câmara nunca tinha feito nada em termos culturais para lá da Segunda Circular. De 2002 para cá tinha-se inaugurado a Biblioteca Orlando Ribeiro, que era uma grande realização para aquela zona da cidade, mas outras coisas não se fizeram e o que se constatava no momento presente era que o Presidente Santana Lopes tinha conseguido levar para aquela zona periférica a Academia Portuguesa de História, para os edifícios da Quinta dos Lilazes abandonados em 2002 por interferência do Senhor Presidente da Câmara à época e destinados à cultura. A Academia Portuguesa de História estava instalada num pavilhão que era destinado à Junta e ultimamente tivera-se conhecimento que estava a ser gizado um protocolo com a intervenção do Senhor Vereador do Urbanismo, para ser cedido o espaço que era para a Junta à Direcção Regional de Cultura do Vale do Tejo. -----

----- Sabia que o Governo de Portugal tinha as suas necessidades, mas que a Câmara não estivesse a apoiar o Governo de Portugal com aquilo que era necessário ao nível local. Aquele espaço era necessário para dar resposta à Universidade da Terceira Idade e para ali serem desenvolvidas actividades culturais de interesse não só para a população do Lumiar, como também para a população daquela zona. -----

----- Também não queria deixar de referir a existência de um parque de estacionamento que era muito importante para quem fosse ao serviço de Finanças no Lumiar. Esse parque de estacionamento estava construído e concluído e não se via qualquer andamento no sentido de ser aberto à população. Tinha sido construído pelo Metropolitano de Lisboa na altura da construção da linha de Odivelas até ao Campo Grande. -----

----- A Quinta da Nossa Senhora da Paz, que já tinha sido focada, era uma quinta que estava abandonada em pleno Paço do Lumiar e que requeria que lhe fosse dado destino, no sentido da sua colocação ao serviço da população de Lisboa. Sugeria o

Museu do Brinquedo e da Criança, mas provavelmente outras actividades culturais poderiam aparecer naquele espaço e era importante proceder-se à requalificação. -----

----- Quanto à higiene urbana, a sua vizinha Presidente da Charneca tinha dado uma ideia da higiene urbana que não coincidia nada com a opinião existente na Freguesia do Lumiar. Ainda no dia anterior tinha estado na reunião pública do Executivo e 6 senhoras da Rua do Lumiar diziam que há muito tempo não se fazia a lavagem da rua, que era uma rua completamente degradada, que não tinha segurança, porque tinham retirado ali da zona a esquadra de polícia que existia e que acabara por passar em determinada altura para Telheiras. -----

----- Deixava a educação para o final, embora fosse uma questão que gostasse de pôr no início da intervenção. Naquela área onde se situava a Freguesia do Lumiar havia cerca de 10 mil alunos, cerca de 5 mil eram do privado e cerca de 5 mil do ensino público. As escolas do ensino público mereciam atenção, quer nas obras que houvesse necessidade de efectuar, quer em todos os apoios. A Junta estava aberta a dar toda a colaboração à Senhora Vereadora da Educação naquilo que fosse da responsabilidade da Câmara, porque muitas coisas eram da responsabilidade do Governo e também já houvera oportunidade de comunicar a Gabinete da Senhora Ministra da Educação. ----

----- Não queria deixar de recordar que de há muito estava prevista a construção do jardim de infância na Quinta dos Frades e esperava que desta vez houvesse verbas para que fosse concluído. As reclamações eram tantas na zona, pela falta de jardins de infância, que era importante não esquecer as necessidades naquela zona da cidade. ----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, disse que era com muito orgulho que falava pela primeira vez na Assembleia Municipal, para tentar responder a algumas considerações que tinham sido colocadas. -----

----- Quanto às denúncias feitas pelo PCP, ainda há poucos dias tinha encontrado o ex-Vereador Rui Godinho, que com um forte aperto de mão dissera que tinha muita esperança no trabalho que seria desenvolvido na cidade em termos de ambiente e espaços verdes. -----

----- Era verdade que em relação a algumas das denúncias feitas pelo PCP a situação era má. Também era verdade que em relação a algumas das queixas feitas pelo PSD, a situação era má. No entanto, não poderiam deixar de reconhecer, uns e outros, que o nível de manutenção dos espaços verdes melhorara substancialmente. Podia descrever freguesia a freguesia o nível de melhoramento na manutenção dos espaços verdes, para reconhecerem que essa melhoria existia. -----

----- Em relação ao IPO, tivera o cuidado de levar talvez a pessoa que mais vinha batalhando pelos espaços verdes na Cidade de Lisboa, o Prof. Gonçalo Ribeiro Teles, para conjuntamente consigo e depois com o resto do Executivo se decidir a melhor localização do IPO, sendo que politicamente parecia haver poucas dúvidas de que a manutenção do IPO em Lisboa era um facto muito importante para a cidade. -----

----- O sítio escolhido para o IPO, que não era dentro do Parque da Bela Vista, tinha sido escolhido com o acordo dessa pessoa, o que lhe dava um enorme conforto sobre a localização do IPO, para além de que essa localização ia permitir melhorar uma zona completamente esquecida, a zona de Chelas, também permitindo alargar em muitos

hectares o Parque da Bela Vista Sul, com uma ligação para a Afonso Costa e para o Vale Vistoso. -----

----- A política que vinha sendo seguida pelos espaços verdes também denotava, não só pelo IPO, uma mudança de paradigma na manutenção dos espaços verdes, que pela primeira vez estavam a ser planeados com riscos diminutos de haver qualquer falha na manutenção, como acontecera no passado, em que a maior parte dos espaços verdes estava sem manutenção há mais de um ano. Era também a contar com as freguesias, e já tinha reunido com 25, que se poderia melhorar o nível da manutenção dos espaços verdes, definindo critérios muito claros, iguais para todos, sem distinção de qualquer das freguesias. -----

----- Também era uma mudança de paradigma aquilo que tinha acontecido em relação ao Rock in Rio e ao Parque da Bela Vista, exigindo-se pela primeira vez na Cidade de Lisboa que houvesse contrapartidas monetárias de muito valor num evento dessa natureza. -----

----- Era essa mudança de paradigma que gostava de ver implementada, com o apoio de todos aqueles que trabalhavam nas freguesias e com o apoio daqueles por quem tinha muito respeito quando se tratava dessas questões, nomeadamente do ex-Vereador Rui Godinho e do Prof. Gonçalo Ribeiro Teles. -----

----- Ao longo de 4 meses outras coisas tinham sido feitas com uma importância estratégica fundamental para a Cidade de Lisboa. Não se podia esquecer que a frente ribeirinha fazia parte da estrutura ecológica da cidade e aquilo que todos ambicionavam, que era a passagem de uma parte substancial dos terrenos que estavam afectos à Administração do Porto de Lisboa passarem para a CML, era de facto uma mudança de paradigma. -----

----- Por outro lado, em relação ao Plano Verde, para além de ter sido aprovado por unanimidade o melhoramento do seu estudo, o facto era que ao longo dos últimos meses se vinha trabalhando afinadamente com os serviços e com os técnicos habilitados para estudar essa matéria, para se ter uma estrutura ecológica a ser apresentada em breve na Assembleia Municipal, ou na comissão respectiva da Assembleia Municipal. Essa também era uma mudança de paradigma, cumprir os prazos. -----

----- Podia referir-se a cada um dos aspectos particulares que os Senhores Presidentes de Junta salientaram, mas não queria demorar esse tempo. Aceitava-os todos, na esperança de que também reconhecessem que aqueles que não falaram estavam muito melhor mantidos do que no passado. -----

----- Em relação ao ruído e à poluição atmosférica, pouco se tinha feito em termos visíveis, mas muito se trabalhara para ter uma Carta de Ruído pelo menos no primeiro trimestre do próximo ano. Aquilo que se tinha que estudar, quer em termos de alargamento dos corredores verdes, quer em termos de vias pedonais, quer em termos de vias cicláveis, seria uma realidade nestes dois anos. Essa sim, era uma mudança estruturante também em relação à poluição atmosférica. -----

----- Havia um único ponto particular que queria referir e que tinha a ver com a Quinta de Nossa Senhora da Paz. Era uma luta da Freguesia do Lumiar, como era sua, como

era de muita gente. Aguardava em breve ter ideias boas e concretizáveis para a Quinta da Nossa Senhora da Paz. -----

----- Aquilo que se tinha demonstrado com o orçamento participativo, chamar as pessoas a dizer o que queriam para a cidade, e aquilo que se ia fazer com as reuniões descentralizadas da Câmara, para ouvir a população, poderia ainda permitir melhorar aquilo que se pretendia para a Cidade de Lisboa, contando com todos os Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que queria em primeiro lugar agradecer aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca, da Ajuda, Marvila, Santo Condestável, São Vicente de Fora, São José, Campo Grande, Lumiar e ao Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro pelos contributos úteis que deram para a caracterização de vários problemas existentes na cidade e a exigir resposta. -----

----- Queria, em segundo lugar, responder telegraficamente a 3 questões que tinham sido colocadas: -----

----- Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São José quanto ao PUALZE. O PUALZE aguardava a conclusão do estudo de avaliação ambiental em curso nos serviços, para poder ser remetido para a CCDR, para posterior aprovação. -----

----- A questão colocada pelo Deputado Municipal Vítor Agostinho sobre a Escola nº4. A Senhora Vereadora Rosália Vargas tinha visitado a escola, tinha ficado encantada com o estado da escola e tratara de descongelar o processo de elaboração do projecto de arquitectura que estava em desenvolvimento no Departamento de Educação e estava agora a ser apoiada por uma arquitecta da DMGU para acelerar o processo de conclusão do projecto, de forma a ser uma das escolas a integrar o Plano de Requalificação 2008-2012. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Miguel Agrochão tinha colocado uma questão relativamente ao Bairro Padre Cruz. Estava-se neste momento a reavaliar tecnicamente o projecto que tinha sido aprovado, para ver da sua implementação. -----

----- Permitia-se alongar agora um pouco mais sobre algumas questões de fundo que tinham sido colocadas. -----

----- Em primeiro lugar, dizer ao Senhor Deputado Municipal Saldanha Serra que depois de 6 anos de gestão do PSD, com os resultados conhecidos, passados menos de 4 meses depois da posse, recomendava-se menos arrogância e alguma humildade e pundonor na forma como avaliava o trabalho do actual Executivo e o estado da cidade. -----

----- Quem é que tinha deixado o Município no estado vergonhoso em que ficara, do ponto de vista da sua credibilidade? Da sua credibilidade financeira, como gente de bem e de pagador. Da sua credibilidade no respeito pela legalidade, atulhado que estava em processos-crime, sindicâncias, inquéritos, tudo o que manchava a credibilidade do Município. Devia haver alguma modéstia a avaliar o trabalho que vinha a ser feito ao longo dos últimos 4 meses. -----

----- Vinha-se falar do Parque Mayer? Como é que o Senhor Deputado Municipal Saldanha Serra se permitia falar do Parque Mayer depois da vergonha que foram os últimos 6 anos no Parque Mayer? -----

----- Vinha-se falar do Sporting? Mas não se sabia que o que tinha sido aprovado em Câmara era para honrar o que devia ser honrado? Resolver as trapalhadas que a sua Vereação tinha arranjado com o Sporting, reconduzindo toda a questão ao respeito estrito pela legalidade e, designadamente, uma clarificação essencial quanto às áreas de cedência e quanto ao cumprimento escrupuloso do máximo de edificabilidade prevista na UOP 30 do PDM, contra aquilo que, invocava o Sporting, tinha sido permitido contra o PDM por uma Vereação presidida pelo Dr. Santana Lopes. -----

----- Vinha falar da Moody`s? Achava que se não fosse este Executivo, se não fosse este Plano de Saneamento Financeiro, se não fosse a credibilidade com que se estava a aplicar a avaliação que a Moody`s tinha feito, era o que tinha sido? Falasse com a Dr^a. Paula Teixeira da Cruz, que tinha assistido à audição da Moody`s e sabia bem como tinha acontecido e como é que, apesar de tudo, havia a avaliação que se tinha. -----

----- Mas o grande teste era o que se tinha feito ao mercado, ao abrir a consulta para a celebração do empréstimo. A verdade era que se ia ter um *spread* melhor do que o concedido ao último grande empréstimo contraído pela Câmara no tempo em que era Presidente o Dr. Pedro Santana Lopes. Essa era a credibilidade medida pelo mercado, como se verificaria no dia seguinte, na proposta que se ia debater em Câmara quanto à celebração do empréstimo. -----

----- O IPO ocuparia só um hectare do Parque da Bela Vista. O grosso da construção do IPO desenvolvia-se no cabeço existente no topo norte do Parque da Bela Vista Sul, que, aliás, estava classificado no PDM como área de equipamento. A outra parte desenvolvia-se do outro lado da rotunda, numa zona que estava classificada no PDM como edificabilidade para serviços. -----

----- Não se tinha feito nada de mais. Limitaram-se a não ser irresponsáveis, nem a tratar com incúria um problema que era essencial. Não se tinham conformado, como tinha feito a anterior Vereação, com a ida do IPO para fora de Lisboa, nem se respondera ao Senhor Ministro da Saúde aquilo que tinha respondido o seu antecessor, que em Lisboa não havia terrenos para a construção do IPO. -----

----- A área verde do conjunto do Parque da Bela Vista não ia diminuir, ia crescer. Tinha-se anulado um loteamento que estava previsto pela anterior Vereação para a encosta fronteira, que era o projecto do Vale Vistoso. Tinha-se negociado no pacote do protocolo com o Rock in Rio o financiamento da construção de uma ponte pedonal e ciclável para ligar o Parque da Bela Vista às Olaias pelo Vale Vistoso, aumentando em 7 hectares a área verde de toda a zona. O resultado final da operação era que se ficava com menos 1 hectare do actual Parque da Bela Vista Sul, a zona encostada ao prolongamento da Av. Estados Unidos da América, Av. Marechal Spínola, passava-se a ter o IPO ali instalado e não em Oeiras, uma ponte pedonal e ciclável ligando o Parque da Bela Vista às Olaias, deixar de ter uma urbanização no Vale Vistoso e passar a ter mais 7 hectares no Parque da Bela Vista. Esse era o resultado final da operação. Era um resultado que orgulhava e que não envergonhava, como devia

envergonhar o Senhor Deputado Municipal Saldanha Serra os 6 anos de gestão do PSD. -----

----- Falava a seguir da frente ribeirinha e dizia que tinha começado mal. Sabia porquê? Porque começara com uma proposta do seu antecessor, que infelizmente o Senhor Ministro do Ambiente tinha aceite, começara por uma proposta de um modelo societário que fora aceite pelo seu antecessor e começara por uma escolha da liderança da sociedade que tinha sido aceite pelo seu antecessor e pelo Presidente da Câmara de Oeiras. -----

-----Tinha começado mal, mas ia acabar bem, porque ao tomar posse não se conformara com as decisões que tinham sido tomadas pelo Prof. Carmona Rodrigues e encetara-se com o Governo a negociação daquilo que era fundamental fazer e que era a negociação do estatuto da frente ribeirinha da Cidade de Lisboa. Aquilo que se ia assinar na próxima semana era precisamente a delimitação das áreas que se mantinham como jurisdição portuária, as que passavam para a jurisdição da Câmara de Lisboa e as que seriam geridas em parceria. -----

----- Como é que seriam passadas essas áreas da jurisdição da APL para a jurisdição do Município de Lisboa? Ia-se, de uma vez por todas, assegurar que a Câmara de Lisboa governava todo o seu território e não estava amputada da gestão do seu território, nem o partilhava com uma entidade como a Administração do Porto de Lisboa. Esse seria o resultado que se alcançava e não o resultado que tinha começado mal com o anterior Executivo. -----

----- Falava-se a seguir do que se queria para o futuro do Aeroporto da Portela. A Câmara vinha acompanhando todo o trabalho relativo à instalação do TGV e estava sobretudo preocupada em que, fosse para onde fosse o aeroporto, o TGV não deixasse de vir a Lisboa e não deixasse de ter a sua estação central na Cidade de Lisboa, não indo em cantigas de algo que tinha muito apoio no PSD, que gostariam de, deslocalizado o aeroporto para Alcochete, o TGV ter um trajecto que dispensava a sua entrada na Cidade de Lisboa. -----

----- Considerava que, independentemente da localização do aeroporto, havia uma situação certa e que tinha que ser sagrada, que era o TGV vir a Lisboa e ter aqui a sua estação central. -----

----- A Autoridade Metropolitana de Transportes, neste momento a legislação não estava feita, porque tinha sido chumbada por unanimidade na Junta Metropolitana de Lisboa, também com o seu voto, fora reformulada pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes e aguardava-se a emissão de novo parecer por parte da Junta Metropolitana. Na última reunião tinha sido adiada a emissão de parecer, pela razão de que não estava presente nenhum dos Senhores Presidentes de Câmara do PSD e parecera indelicado a todos haver a aprovação de um parecer sem que estivesse presente pelo menos um dos Presidentes de Câmara do PSD na última reunião da Junta Metropolitana. -----

----- Quanto ao futuro do Aeroporto da Portela, era conhecida a sua posição. Se o Aeroporto da Portela fosse desactivado, aqueles terrenos não podiam servir para especulação imobiliária. Havia algo que estava garantido e que era essencial, era que

na operação financeira da construção do novo aeroporto não estava previsto nenhum negócio sobre os terrenos da Portela. Esse era um primeiro passo que era fundamental garantir e estava garantido. -----

----- Por outro lado, o que é que se queria para aquela área? -----

----- Tinha-o dito durante a campanha eleitoral e repetia, seria a grande escolha estratégica da Cidade de Lisboa na elaboração do próximo PDM. A convicção que tinha e a posição que vinha defendendo era que teria que se actualizar aqueles terrenos para serem um segundo grande “pulmão verde” da cidade, que fosse na zona norte oriental o mesmo que era o “pulmão” de Monsanto na zona norte ocidental, orientado para usos compatíveis com o edificado já existente e que, obviamente, não fazia sentido passar a um estado de demolição. -----

----- A seguir, o Deputado Municipal Silva Dias colocara pertinentes questões relativas ao PDM, algumas das quais coincidentes com a Deputada Municipal Rita Folgosa. Primeiro a questão de fundo que colocavam, para quando um novo PDM. ----

----- Iria dizer aquilo que se queria fazer, mas também transmitia, com toda a franqueza, o cepticismo existente. -----

----- Queria retomar os trabalhos do PDM, acelerá-los e tê-lo concluído em condições para, se possível, ser aprovado ainda no actual mandato. No entanto, gostaria de perguntar ao Deputado Municipal Silva Dias se acreditava que com a actual maioria na Assembleia Municipal seria possível aprovar um novo PDM para a Cidade de Lisboa. -----

----- O Executivo faria tudo aquilo que lhe competia fazer, relançar os trabalhos, prosseguir com os trabalhos e concluir os trabalhos, mas confessava o seu cepticismo. Não acreditava que com a actual maioria na Assembleia Municipal fosse possível aprovar um PDM que estivesse em condições de propor. -----

----- Dizia-se que era preciso evitar a compactação do centro da cidade. Também lhe parecia que sim, que era necessário evitar essa compactação. Não queria isso dizer que não se pudesse defender a densificação da construção, na medida em que pudesse libertar terreno para aumentar o espaço público disponível, o que não confundia com compactação. -----

----- Aliás, as decisões que se vinham tomando davam sinal disso e havia o exemplo em relação ao caso do Sporting. Tinha-se afirmado claramente que qualquer que fosse a decisão do Tribunal Arbitral relativamente aos compromissos que, segundo o Sporting alegava, o PSD assumira de autorizar áreas de construção ilegalmente acima dos limites do PDM, o que ficara estabelecido no acordo com o Sporting era que, mesmo que isso fosse verdade, o Sporting teria os seus direitos salvaguardados com direitos de edificabilidade equivalentes noutra zona da cidade, mas não permitindo construção acima dos limites previstos no PDM, UOP 30, evitando aí uma maior compactação. -----

----- Tinha manifestado, em segundo lugar, uma preocupação relativamente a outras zonas da cidade. Chamava a atenção para o facto de já terem sido criadas unidades de projecto, ou grupos de trabalho com poderes equivalentes às unidades de projecto, fosse para o eixo importantíssimo da Almirante Reis, fosse para Chelas, fosse para a

Alta de Lisboa. Também estavam preocupados com o que se passava na corda periférica da Cidade de Lisboa. -----

----- Não era verdade que a Câmara só estivesse focalizada nas freguesias do centro da cidade. Aliás, o Deputado Municipal Sobreda Antunes tinha dito que havia freguesias de primeira e freguesias de segunda. Isso não era assim, agora, “Roma e Pavia não se fizeram num dia” e Lisboa também não. -----

----- Tinha que se começar por uma ponte e começara-se por intervir preferencialmente no centro da cidade, porque era um eixo que tinha um efeito catalizador para o conjunto da cidade. Era por aí que se começara, mas não era por aí que continuariam e acabariam. Dar-se-ia atenção a outras zonas da cidade. -----

----- Colocava-se a questão de saber se havia medo do planeamento. Não tinha medo do planeamento, pelo contrário. Podia até adiantar que se tinha havido uma decisão tomada quanto à reestruturação dos serviços do Município, era a necessidade de um gabinete permanente do Plano Director, que tratasse não só da elaboração do PDM, como da monitorização da execução do PDM, que era um instrumento que claramente faltava ao exercício da actividade municipal. -----

----- A Deputada Municipal Rita Folgosa, para além das questões sobre o PDM a que já respondera, colocava uma questão sobre a reestruturação do sector empresarial. O calendário era conhecido, tinha-se começado por extinguir a Emarlis e já se fundira a administração de duas SRUs e havia a intenção de até ao final do ano ter decisões tomadas sobre o pacote SRUs – EPUL. -----

----- Como tinha dito no discurso de abertura, queria a fusão das SRUs e a sua integração na EPUL, reconduzindo a EPUL por um lado à sua função originária de ser uma entidade urbanizadora e deixar de ser uma promotora a concorrer com os privados e, por outro lado, poder ser um instrumento de dinamização do processo de reabilitação urbana. -----

----- Quanto às outras empresas municipais, parecia-lhe que neste mandato não havia condições nem se justificava mudanças de fundo. Por exemplo, a Gebalis teria seguramente muito trabalho a desenvolver durante muitos e bons anos e só no momento em que os bairros municipais pudessem ser efectivamente, como era desejável que viessem a ser um dia, partes da cidade totalmente idênticas a outras partes da cidade, só assim se poderia prescindir desse instrumento chamado Gebalis. Esse era um trabalho para este mandato, para o próximo mandato e se calhar ainda para outros mandatos. -----

----- O Deputado Municipal Sobreda Antunes tinha feito duas referências simpáticas sobre a questão do Campo de Tiro de Monsanto e sobre as iluminações. Tinha perguntado para quando a libertação do Campo de Tiro de Monsanto. A Câmara tinha indeferido o projecto que o Clube Português de Tiro a Chumbo podia apresentar, convocara-se uma reunião para tratar de dois assuntos, primeiro a eventual existência de localização alternativa na Cidade de Lisboa, por outro lado para se acordar precisamente os termos da restituição das instalações ao Município, nos termos previstos no contrato de concessão, que já remontavam a 61 ou 63, não tinha agora bem presente. -----

----- Quanto às iluminações, concordava com a filosofia aqui expressa e parecia-lhe que de futuro teria que se renegociar o protocolo existente. De qualquer forma, queria dar a boa nota de que pelo menos numa zona da cidade as iluminações seriam suportadas pelos comerciantes, na Rua Castilho. -----

----- No que dizia respeito à manutenção dos jardins, O Senhor Vereador José Sá Fernandes já tinha feito a sua exposição sobre essa matéria. -----

----- A última questão de fundo colocada tinha sido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São José, relativamente à relação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. A certa altura parecera até estar a dizer para não se sentir melindrado com as críticas das Juntas de Freguesia, porque também ao seu antecessor já se faziam críticas. Queria dizer que tinha uma relação normalizada e pacífica com o seu antecessor, não tinha nenhuma inveja de saber se era mais ou menos amado pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do que o seu antecessor e não se interrogava todos os dias ao espelho para saber se era mais ou menos amado que o Prof. Carmona Rodrigues. -----

----- Já andava na política havia muitos anos, já com a pele bastante dura, para se incomodar com as críticas. As críticas não o incomodavam, mas havia duas coisas que o incomodavam: a falta de rigor e seriedade e a falta de sentido institucional. -----

----- A relação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e tinha dito a todos os Senhores Presidentes, pois já tivera oportunidade de reunir com todos, seria uma relação que teria que ser positiva. Todos tinham um mandato e tinham que trabalhar em conjunto, gostassem ou não uns dos outros. Não tinham votado uns nos outros, estavam quites, nenhum tinha nada a reclamar de outro. -----

----- Com a generalidade dos Presidentes de Junta de Freguesia, inclusive do PSD, vinha existindo uma excelente relação. Depois havia alguns Presidentes de Junta do PSD, não todos, mas alguns pareciam ter uma relação algo patológica com a Câmara. Achavam-se uma espécie de pontas-de-lança no combate político à Câmara, o que, institucionalmente, não lhe parecia adequado. -----

----- Admitia que estivessem muito traumatizados por experiências anteriores e tudo o que a Câmara lhes dizia, não acreditavam. Quando a Câmara lhes dizia que ia fazer alguma coisa, não acreditavam. A experiência anterior poderia ter sido muito traumática, mas aí é que já não estavam quites, porque era para a experiência anterior que tinham votado. Portanto, o que não aceitava era que lhe cobrassem a si dívidas que deviam cobrar com a Vereação do respectivo partido. -----

----- Quem ouvisse alguns, como hoje tinha ouvido, descrever o Estado da Cidade, era como se a cidade tivesse perdido 200 mil habitantes nos últimos 4 meses, que nem com a praga do Egipto se verificara um êxodo desses. Garantia que não se tinham perdido 200 mil habitantes nos últimos 4 meses. Garantia que todas as tragédias que aconteciam na cidade, e eram muitas, não tinham acontecido todas nos últimos 4 meses. -----

----- Da parte da Câmara, teriam toda a relação institucionalmente correcta. Por vezes havia falhas, claro que havia. No início da operação do Terreiro do Paço, nada tinha sido dito ao Senhor Presidente da Junta de São Nicolau e ele sabia que lhe tinha

telefonado a pedir desculpa por esse lapso, que já fora emendado. Aquando da cerimónia do Parque Mayer, tinha tido o cuidado de convidar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São José, assim como teria o prazer de o convidar para a inauguração da exposição de Robert Indiana na Av. da Liberdade, na próxima sexta-feira. -----

----- No último sábado tinha-se redimido em relação ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau, convidando-o para a cerimónia de acendimento das luzes na Baixa. -----

----- Às vezes podia haver falhas, mas o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São José podia acreditar no seguinte: se as Juntas tivessem um relacionamento institucional com a Câmara, teriam um relacionamento institucional correcto por parte da Câmara. Era assim que devia ser e era assim que certamente seria. Aliás, era o que vinha acontecendo com a generalidade dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta da iniciada. -----

----- Eram 20 horas e 40 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . -----

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----